DESPACHO

Transmita-se à CCDR Alentejo e à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.
Dê-se conhecimento aos membros do Governo acima referidos.

Lisboa, 8 de janeiro de 2018

O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

(Nelson de Souza)
FICHA TÉCNICA

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional
Plano de Actividades

2017

ÉVORA
Novembro 2016
Índice

1 SUMÁRIO EXECUTIVO ................................................................. 3
2 NOTA INTRODUTÓRIA ............................................................... 5
3 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO ........................................... 7
4 QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO ................... 10
5 ESTRUTURA FUNCIONAL DA CCDR ALENTEJO ....................... 13
6 MATRIZ DE COERÊNCIA QUAR / PLANO DE ACTIVIDADES ...... 14
7 ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO E RECURSOS ..................... 16
  7.1 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS / OPERACIONAIS / ACTIVIDADES  16
    7.1.1 Objectivo Estratégico 1 .................................................. 17
    7.1.2 Objectivo Estratégico 2 .................................................. 19
    7.1.3 Objectivo Estratégico 3 .................................................. 21
    7.1.4 Objectivo Estratégico 4 .................................................. 25
    7.1.5 Objectivo Estratégico 5 .................................................. 27
    7.1.6 Objectivo Estratégico 6 .................................................. 29
  7.2 ACTIVIDADES E INDICADORES POR UNIDADE ORGÂNICA ...... 31
  7.3 RECURSOS HUMANOS ......................................................... 63
  7.4 RECURSOS FINANCEIROS .................................................... 64
8 PLANO DE FORMAÇÃO 2017 ....................................................... 67
9 MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVAS ..................... 70
10 PUBLICIDADE ................................................................. 74
11 SIGLAS .............................................................................. 76

ANEXO 1 - FICHAS DE INDICADOR DO QUAR .............................. 77
ANEXO 2 – MAPA DE RECURSOS HUMANOS APROVADO .................. 83
ANEXO 3 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
  INFRACÇÕES CONEXAS ........................................................ 87
1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Plano Anual de Actividades da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) tem em conta o alinhamento com um conjunto de documentos orientadores para o desenvolvimento da região no horizonte de 2020, nomeadamente o Plano de Acção Regional, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente e o Programa Operacional ALENTEJO 2020, cuja implementação importa agora articular com as opções de políticas públicas nacional e regionalmente prosseguidas, nomeadamente as linhas programáticas vertidas nas Grandes Opções do Plano (GOP) para 2017, o Plano Nacional para a Coesão Territorial, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (em revisão), a Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas, o PENSAAR 2020 entre outros.

Estas linhas orientadoras traduzem-se mais especificamente no enfoque que a CCDRA irá dar a várias matérias, nomeadamente no que concerne à dinamização de políticas públicas e contribuição para a gestão adequada do território, ao nível regional, no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial. Traduzem-se ainda no enfoque que vai ser dado à promoção da cooperação e apoio técnico às autarquias locais e suas Associações, à dinamização da cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional, à melhoria do desempenho organizacional numa perspectiva de aproximação aos stakeholders externos assim como ao pressuposto de que assume o compromisso de optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuído à região.

Estas orientações visam o desenvolvimento da região, tendo em conta as especificidades do território, dos seus recursos e valores naturais e ambientais que no Alentejo, se constituem como o seu maior e mais valioso activo para o desenvolvimento pelo que a sua preservação, utilização e gestão racionais são condição e garante da sua valorização e da competitividade sustentável.

O Plano de Actividades da CCDR Alentejo foi definido com base em seis objectivos estratégicos que se concretizam através de catorze objectivos operacionais, cinco dos quais, por corresponderem às acções com maior expressão em políticas públicas relevantes, foram seleccionados para o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).
De salientar o perfeito alinhamento existente entre os objectivos operacionais e os objectivos estratégicos e, entre o Plano Anual de Actividades e o QUAR, o que é demonstrado ao longo deste documento.

O Plano de Actividades é apresentado com uma descrição das iniciativas a implementar até ao final do ano incluindo um conjunto de indicadores que visam garantir a orientação para os resultados. Deste modo, garante-se o envolvimento de todas as Unidades Orgânicas na estratégia definida, o que é essencial para a sua concretização. O Plano será monitorizado e avaliado semestralmente, com o objectivo de adicionar acções ou proceder a um reajustamento da programação para cumprimento dos objectivos definidos. Quanto aos resultados da implementação do QUAR, serão monitorizados e avaliados com uma periodicidade trimestral, no sentido de determinar eventuais necessidades de reajustamento. Para a concretização da estratégia, a CCDRA conta com os recursos humanos e financeiros disponíveis que se traduzem nos 188 trabalhadores ao serviço, dos quais 26 são dirigentes e no orçamento inicial de 7 908 853€.
2 NOTA INTRODUTÓRIA

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo é um serviço periférico da administração pública, tutelado pelo Ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, em coordenação com o Ministro Adjunto, no que diz respeito à relação com as autarquias locais, e com o Ministro do Ambiente, no que diz respeito à definição de orientações estratégicas e à fixação de objectivos nas matérias de ambiente e ordenamento do território, de acordo com o nº 6, do artigo 24º, do Decreto-Lei nº 251-A/2015 de 17 de Dezembro que aprovou o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional. Genericamente tem como função assegurar a coordenação e a articulação das diversas políticas sectoriais de âmbito regional, bem como executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades assim como apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações, ao nível da região Alentejo, estando as suas atribuições previstas no artigo 35.º-A do Decreto-Lei n.º 126-A/2011, com as actualizações constantes no Decreto-Lei n.º 167-A/2013, de 31 de Dezembro. Tem Sede em Évora e dispõe de serviços desconcentrados em Portalegre, Beja e Santo André.

Para dar cumprimento à sua Missão a CCDR tem a estrutura funcional que é apresentada, no presente documento. Relaciona-se com múltiplos actores internos e externos, sendo de salientar neste caso, outros serviços da administração pública desconcentrada, da administração pública central e local, representantes das empresas e de entidades diversas. É de salientar a orientação no sentido de aprofundar a transversalidade interna de actividades, para o que é essencial uma melhor articulação entre os serviços, como forma de responder de forma mais eficaz e eficiente aos desafios inerentes às múltiplas e complexas dimensões do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial do Alentejo, com mais conhecimento e inovação, onde a utilização dos recursos seja mais eficiente e onde a inclusão social seja uma constante.

Este plano de actividades dará continuidade a algumas das acções já iniciadas anteriormente, incluindo, porém, novas actividades que decorrem da execução anterior e dos desafios da Agenda 2020.

O processo de elaboração do QUAR e do Plano de actividades para 2017 teve como base a participação de todos os dirigentes e colaboradores da Organização e permitiu uma
articulação e aproximação entre o nível macro (estratégico) e micro das diversas unidades orgânicas e áreas funcionais. Tratou-se pois de um processo dinâmico e participado.
3 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Os objectivos Estratégicos definidos para a Organização, estão alinhados com as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2017. De referir que estas decorrem do Programa do XXI Governo de Portugal, das Grandes Opções do Plano 2016-2019 e do Programa Nacional de Reformas (PNR) 2016-2019. As GOP para 2017 acabaram por assumir os seis pilares previstos no PNR como resposta aos principais bloqueios estruturais, já que estes configuram as principais prioridades de actuação do Governo ao longo da legisatura. A CCDR Alentejo, tendo em conta a concretização da sua Missão, nomeadamente a execução de políticas públicas num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis, através das várias acções que visam atingir os objectivos definidos, contribui para a concretização dos pilares indicados e, por conseguinte para a aproximação da região às metas nacionais e ao posicionamento de Portugal no Mundo. Nesta perspetiva, além do alinhamento da missão com os objectivos estratégicos, considera-se que existe um forte alinhamento entre estes e as GOP, conforme se assinala na tabela seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>PILARES DEFINIDOS NAS GOPS 2017</th>
<th>OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS CCDRA 2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Valorização do Território</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 5 - Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional</td>
</tr>
<tr>
<td>Modernização do Estado</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 6 - Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos</td>
</tr>
<tr>
<td>Redução do Endividamento da Economia</td>
<td>UE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região</td>
</tr>
<tr>
<td>Reforço da Igualdade e da Coesão Social</td>
<td>OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
</tr>
</tbody>
</table>
As orientações estratégicas subjacentes à elaboração deste Plano de Actividades procuraram igualmente operacionalizar, no quadro das atribuições e competências da CCDR Alentejo as conclusões e recomendações dos estudos de carácter prospectivo realizados para o Alentejo, aos recursos disponíveis (humanos e financeiros), ao contributo dos seus parceiros e *stakeholders* e ao enorme conhecimento que a organização detêm sobre a sua área de actuação.

A missão da organização e os seus valores sustentaram igualmente a definição das prioridades, num quadro de Gestão por Objectivos (Estratégicos / Operacionais / Actividades/Indicadores) que irão orientar o desempenho da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, através do seu Plano de Actividades e o respectivo Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) para o ano de 2017.

**Missão:** *Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e o apoio às autarquias locais e suas associações, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis, para o que a gestão de fundos estruturais é um contributo decisivo.*

A matriz que seguidamente se apresenta expõe a forma como se encontram alinhados os Objectivos Estratégicos da organização com os seus Objectivos Operacionais, de modo a poder ser compreendida a actuação global da organização nas suas diversas vertentes e demonstrar de uma forma estruturada o vasto domínio sectorial e temático em que a organização desenvolve o seu trabalho.
### Matriz de Alinhamento Estratégico

<table>
<thead>
<tr>
<th>Objectivos Estratégicos</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial</td>
</tr>
<tr>
<td>2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outro investimento público</td>
</tr>
<tr>
<td>3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados</td>
</tr>
<tr>
<td>4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
</tr>
<tr>
<td>5 - Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional</td>
</tr>
<tr>
<td>6 - Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Objectivos Operacionais

- Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial
- Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional
- Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros
- Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região
- Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial
- Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região
- Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente
- Acompanhar a actividade da administração local com vista à formulação de novas políticas
- Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações
- Promover a cooperação transnacional
- Inovar nos processos de gestão interna.
- Melhorar a comunicação interna e externa.
- Melhorar a gestão organizacional.
4 QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) centra-se nos objectivos estratégicos definidos para a organização. Os mesmos têm carácter plurianual e abrangem as principais áreas de trabalho da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no quadro das suas atribuições e competências legalmente definidas.

Este documento conjuntamente com o Plano de Actividades sustentam o ciclo de gestão previsto para o ano de 2017. No presente QUAR repercutem-se os principais objectivos para a organização, bem como os objectivos operacionais das Unidades Homogéneas determinados para as várias CCDR’s, para posterior aferição do desempenho entre si, (indicadores 5, 6, 7, 9 e 10) . Além deste aspecto, é de referir que os indicadores 5 e 6 contribuem para a concretização dos objectivos de política do PO 14 Planeamento e Infra-estruturas 2017, o indicador 7 para a concretização dos objectivos de política do PO 02 Governação 2017.

Foi considerado igualmente o Orçamento Previsional para o ano de 2017 e o Mapa de Pessoal aprovado.

A gestão organizacional assenta em objectivos que visam a eficácia e a eficiência da CCDR Alentejo, bem como uma relação profícua com os stakeholders externos e com todos os colaboradores internos, promovendo sinergias do trabalho em equipa.

O QUAR da CCDR Alentejo permite evidenciar:

- A missão do serviço;
- Os objectivos estratégicos plurianuais;
- Os objectivos anuais seleccionados;
- Os indicadores de desempenho e respectivas metas;
- O Valor Critico;
- Os meios disponíveis para proceder à verificação;
- O grau ou índice de realização dos resultados alcançados no cumprimento dos objectivos;
- Execução dos Meios Humanos e Financeiros.
- Identificação dos desvios e suas causas;
- A avaliação final do desempenho do serviço.
**Quadro de Avaliação e Responsabilização**

**ANO: 2017**

**Ministério: Ministério do Planeamento e Infraestruturas**

**Designação do Serviço: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo**

**Missa:** Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e o apoio às autarquias locais e suas associações, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis, para o que a gestão de fundos estruturais é um contributo decisivo.

**Objectivos estratégicos (OE):**

OE 1: Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial

OE 2: Optimalizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outros investimentos públicos.

OE 3: Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados.

OE 4: Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações

OE 5: Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional

OE 6: Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos.

### Objectivos Operacionais

#### Eficácia

<table>
<thead>
<tr>
<th>INDICADORES</th>
<th>2015</th>
<th>2016</th>
<th>MÉTICA 2017</th>
<th>Tolerância</th>
<th>RESULTADO</th>
<th>TASA REALIZAÇÃO</th>
<th>CLASSIFICAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| OE 3 | Peso: 30% |
|-----------------------------------------------|
| Índice de reuniões de trabalho da equipa técnica | 90 | 5 | 100 | 60% |
| Prazo de entrega do relatório de diagnóstico regional | 345 | 20 | 320 | 60% |

#### Eficácia

<table>
<thead>
<tr>
<th>INDICADORES</th>
<th>2015</th>
<th>2016</th>
<th>MÉTICA 2017</th>
<th>Tolerância</th>
<th>RESULTADO</th>
<th>TASA REALIZAÇÃO</th>
<th>CLASSIFICAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| OE 4 | Peso: 40% |
|-----------------------------------------------|
| Valor reembolsado pela CE | 71.5 | 18 | 95 | 50% ME |
| Rácio pagamento programado | 17 | 7 | 26 | 50% |

#### Eficácia

<table>
<thead>
<tr>
<th>INDICADORES</th>
<th>2015</th>
<th>2016</th>
<th>MÉTICA 2017</th>
<th>Tolerância</th>
<th>RESULTADO</th>
<th>TASA REALIZAÇÃO</th>
<th>CLASSIFICAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Promover o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| OE 5 | Peso: 30% |
|-----------------------------------------------|
| Percentagem de pedidos de parecer despachados até 30 dias úteis face ao total de pedidos entrados no ano | 55 | 5 | 69 | 60% |
| Nº de ações de esclarecimento às autarquias locais | 2 | 1 | 3 | 40% nº |

#### Qualidade

<table>
<thead>
<tr>
<th>INDICADORES</th>
<th>2015</th>
<th>2016</th>
<th>MÉTICA 2017</th>
<th>Tolerância</th>
<th>RESULTADO</th>
<th>TASA REALIZAÇÃO</th>
<th>CLASSIFICAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| OE 6 | Peso: 100% |
|-----------------------------------------------|
| Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização | 13 | 75 | 100 | 50% |
| Número de ações de sensibilização sobre matérias de ambiente e ordenamento | 13 | 7 | 10 | 50% nº |

**Indicadores-chave:**

03 - Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial

03 - Optimalizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região

05 - Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente
Plano de Atividades 2017

**Indicadores**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Ind.</th>
<th>Formula de Cálculo</th>
<th>Justificação dos valores críticos</th>
<th>Critérios de Delimitação ou de Realização</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Contagem em dias consecutivos</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se à disciplina e ao respeito do cronograma do Projeto Operacional Regional do Alentejo 2020. Indicador comum às CCDR. É considerado um indicador de eficiência e eficácia.</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Contagem em dias consecutivos</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se à disciplina e ao respeito do cronograma do Projeto Operacional Regional do Alentejo 2020. Indicador comum às CCDR. É considerado um indicador de eficiência e eficácia.</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>(Nº de reuniões participadas / nº total de reuniões realizadas) x 100</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se à participação na dinamização e elaboração do Programa Regional de Política de Ordenamento do Território (PNOPT), sendo necessário participar nas reuniões do trabalho da equipa técnica.</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Contagem em dias consecutivos</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se à deliberação do relatório de diagnóstico regional, no âmbito da colaboração na dinamização e elaboração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNOPT).</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td>Valor rembolsado pela CE</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o histórico de execução e a meta definida, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se ao desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020. Indicador comum às CCDR. Estabelece um mês de cumprimento mínimo, e deve considerar o cumprimento das metas de gasto e do financiamento.</td>
</tr>
<tr>
<td>6</td>
<td>(Valor do despesa pago do fundo comunitário / Valor do fundo comunitário programado) x 100</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis para análise de despesa e possível pagamento de fundo comunitário, face ao valor do fundo comunitário programado, e a meta apresentada, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se ao desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020. Indicador comum às CCDR. Para a apropriação do valor programado considera-se o valor previsto na última decisão do POR para o ano em questão.</td>
</tr>
<tr>
<td>7</td>
<td>(Nº de pedidos de parecer com resposta até 30 dias úteis (em 2017) / Nº de pedidos de parecer entrados em 2017) x 100</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se ao desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020. Indicador comum às CCDR. Para o apoio do valor programado considera-se o valor previsto na última decisão do POR para o ano em questão.</td>
</tr>
<tr>
<td>8</td>
<td>Contagem do nº de ações</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se ao desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020. Indicador comum às CCDR. Para o apoio do valor programado considera-se o valor previsto na última decisão do POR para o ano em questão.</td>
</tr>
<tr>
<td>9</td>
<td>N.º de municípios atingidos pelo menos por uma ação/ nº de municípios da respetiva NUTS II x 100</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.</td>
<td>O indicador refere-se ao desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020. Indicador comum às CCDR. Para o apoio do valor programado considera-se o valor previsto na última decisão do POR para o ano em questão.</td>
</tr>
<tr>
<td>10</td>
<td>N.º de ações de sensibilização sobre ambiente e ordenamento</td>
<td>Considerando a natureza da matéria em causa e os recursos disponíveis, o número máximo possível de sessões será o indicado.</td>
<td>Para a execução dos objetivos do programa comunitário, é considerado uma ação prioritária.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Recursos Humanos**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Designação</th>
<th>Participação</th>
<th>Participantes</th>
<th>Resultados</th>
<th>Desvio</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Diretora</td>
<td>20</td>
<td>180</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Diretor</td>
<td>16</td>
<td>1164</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Coordenador Técnico</td>
<td>9</td>
<td>18</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Técnico (incl. vigilantes)</td>
<td>8</td>
<td>384</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente operacional</td>
<td>5</td>
<td>55</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td>2137</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Recursos Financeiros**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Descrição</th>
<th>Plano (mil)</th>
<th>Orçamento (mil)</th>
<th>Investimento (mil)</th>
<th>Desvio</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Orçamento de Funcionamento</td>
<td>4.153.858</td>
<td>3.819.858</td>
<td>268.175</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Despesas com pessoal</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Aquisição de Bens e Serviços</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outras Despesas Correntes</td>
<td>47.625</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>PIDDAC</td>
<td></td>
<td>3.754.995</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Outros valores</td>
<td></td>
<td></td>
<td>7.908.53</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td>7.908.53</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Justificação dos valores críticos**

- Para o cumprimento do número de municípios considerado na NUTS II, é indicado.
- Para a avaliação do número de municípios considerado, são contabilizadas como uma entidade fisica da CCDR ou outra entidade.
- Para a contabilização de instituições, são consideradas como uma entidade.
- Para a contabilização dos serviços, são contabilizadas como uma entidade.
- Para a contabilização dos serviços, são consideradas como uma entidade.

**Critérios de Delimitação ou de Realização**

- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
- Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível é indicado.
5 ESTRUTURA FUNCIONAL DA CCDR ALENTEJO

Conselho de Coordenação
Intersetorial
Conselho Regional
Fiscal Único

Estrutura Funcional

Presidente
Dr. Roberto Sojo
Vice – Presidente
Dr. Paulo Valente

Orgão de Acompanhamento dos Dinamizadores Regionais
Vogal
Dr. Filipe Patra

ALENTEJO 2020
Ações de Gestão

Gabinete de Apoio à Comissão Directiva
Dra. Maria do Carmo Ribeiro
Eng. Ana Patra - Coordenadora

Unidade Sustentabilidade, Inclusão e Capital Humano
Dra. Maria do Carmo Ribeiro
Eng. Ana Patra - Coordenadora

Unidade Competitividade, Internacionalização e Emprego
Dra. M. João Sempere - Coordenador

Unidade de Coordenação e Controlo
Dr. Néstor Paixão
Eng. Verónica Quaresma - Coordenador

Unidade de Comunicação e Comunicabilidade
Dr. Joaquim Paixão

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional
Dra. Figueira Antunes

Divisão de Prospeção, Financiamento e Competitividade Regional
Dra. Joaquim Paixão

Divisão de Gestão de Programas e Projetos
Dra. Teresa Gordo

Divisão de Cooperação Inter-regional
Dr. Paulo Silva

Direção de Serviços de Ordenamento e Estratégia Territorial
Arq. Filipe da Fonseca

Divisão de Ordenamento e Estratégia Territorial
Dra. Luísa Fialho

Divisão de Gestão Territorial

Divisão de Comunicação

Direção de Serviços de Ação Jurídica e à Administração Local
Dra. Luísa Serra

Divisão de Apoio Jurídico
Arq. Cristina Martim

Divisão de Finanças Locais e Modernização
Dr. Carla Branco

Divisão de Finanças Locais e Modernização

Divisão de Gestão Administrativa
Dra. Claudia Henriques

Divisão de Finanças Locais e Modernização
Dr. Carla Branco

Direção de Serviços de Financiamento e Monitorização Ambiental
Eng. José Soares

Divisão de Finanças Locais e Modernização

Divisão de Finanças Locais e Modernização
Dr. Carla Branco

Serviço Sub-Regional de Baja
Eng. Carlos Braga

Serviço Sub-Regional de Portalegre
Dr. José Gaspar

Serviço Sub-Regional de Beja
Eng. Paula Selma

Plano de Actividades 2017
6 MATRIZ DE COERÊNCIA QUAR / PLANO DE ACTIVIDADES

Através da representação gráfica seguinte evidencia-se a linearidade e a coerência do Quadro de Avaliação e Responsabilização com o Plano de Actividades, mediante a explicitação das actividades em que se focará o desempenho da CCDR Alentejo dentro de todo o seu trabalho previsto em Plano de Actividades.

As actividades aqui realçadas serão avaliadas através dos indicadores previstos nos objectivos operacionais do QUAR que decorrem do desempenho de diversas Unidades Orgânicas, reflectindo a focalização das grandes opções estratégicas da organização para 2017.

O Plano de Actividades é vasto e integra outros objectivos para além dos Objectivos Operacionais do QUAR, de modo a evidenciar e dar corpo a todas as actividades da CCDR Alentejo.
### Objectivos Estratégicos

<table>
<thead>
<tr>
<th>OE 1</th>
<th>OE 2</th>
<th>OE 3</th>
<th>OE 4</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial</td>
<td>Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região</td>
<td>Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados</td>
<td>Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Objectivos Operacionais

| | | | | |
|---|---|---|---|
| Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial | Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional | Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região | Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente |
| Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações | | | |

### Actividades do Plano a implementar no âmbito do QUAR

| | | | | |
|---|---|---|---|
| Consolidação do SIG regional | Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL/QUAR-AP) | | |
| Atividades a avaliar pelos indicadores previstos nos objectivos operacionais do QUAR | | Apoio técnico às autarquias locais e suas associações |
| Atividades a avaliar pelos indicadores previstos nos objectivos operacionais do QUAR | | Iniciativas de descentralização e de capacitação da Administração Local e entidades Particulares |

### Actividades a avaliar pelos indicadores previstos nos objectivos operacionais do QUAR

<p>| | | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL/QUAR-AP)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
7 ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO E RECURSOS

7.1 OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS / OPERACIONAIS / ACTIVIDADES

A estratégia apresentada assenta numa articulação entre Objectivos Estratégicos que informam os diversos Objectivos Operacionais que se concretizam mediante actividades com indicadores com resultados previsionais associados.

As actividades planeadas pretendem assim dinamizar e assegurar as intervenções necessárias para garantir o cumprimento da missão, da visão da CCDR Alentejo, no quadro das suas atribuições e competências.

Esta metodologia permitirá a avaliação de cada Objectivo Estratégico e sustentar a proposta de auto-avaliação para 2017.

Importa ainda assinalar a transversalidade e complementaridade de algumas actividades a diversas Unidades Orgânicas, com a expectável melhoria de eficácia da CCDR Alentejo, da intercomunicabilidade entre Unidades Orgânicas e do reforço da coesão organizacional.

Num quadro de escassez de recursos humanos e financeiros, o presente Plano de Actividades, foi ainda elaborado procurando ganhos de eficiência, de forma a ser possível atingir os objectivos previstos.
7.1.1 **Objectivo Estratégico 1**

*Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial*

O presente *Objectivo Estratégico* engloba fundamentalmente as actividades de prospectiva e planeamento, num quadro de articulação regional entre as políticas públicas nacionais e sectoriais, para o que assume grande importância a actualização da informação económica social, ambiental e territorial assim como a monitorização dos seus impactos e efeitos.

A emissão de pareceres na componente económica e social sobre planos, programas, e projectos é uma actividade relevante e fortemente consumidora de recursos, bem como a elaboração de estudos.

Este Objectivo Estratégico será operacionalizado mediante dois Objectivos Operacionais:

- Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Objectivo Estratégico</th>
<th>Objectivo Operacional</th>
<th>Actividade</th>
<th>uo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>OE 1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial</td>
<td>Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial</td>
<td>Sistematização, tratamento e disponibilização de informação relevante para o desenvolvimento regional (DSDR)</td>
<td>DSDR</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>consolidação do SIG regional</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>fiscalização de processos relativos a usos e acções sujeitos a controle prévio</td>
<td>DSOT</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Gestão do regime jurídico da RAN</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>gestão do regime jurídico da REN</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSB)</td>
<td>SSB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Dinamização e monitorização da Estratégia Regional de Especialização</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Monitorização das dinâmicas regionais de desenvolvimento e da coesão social e territorial</td>
<td>OADR</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Sistematização, tratamento e disponibilização de informação relevante para o desenvolvimento regional (OADR)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional.</td>
<td>Apoio ao Governo na dinamização e elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</td>
<td>DSOT</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Estratégia de Regularização das Pedreiras</td>
<td>DSA</td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.1.2 **Objectivo Estratégico 2**

*Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos à região e de outros investimentos públicos.*

Neste Objectivo estratégico aglutinam-se as actividades ligadas com a gestão, aplicação, acompanhamento e avaliação dos Fundos Estruturais da Região e de outros investimentos públicos atribuídos à Região, em que a operacionalização e execução do novo Programa Operacional Regional para o período 2014/2020 é um elemento central.

Esta matéria envolve um intenso trabalho de divulgação e prestação de esclarecimentos, contacto com os proponentes de projectos e ideias e coordenação de equipas, análise de candidaturas, validação e verificação de despesas, articulação com outros intervenientes do PORTUGAL2020 (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Inspecção-geral de Finanças, Organismos Intermédios, ...), implementação de um sistema de informação com interligação ao Balcão2020 e tomada de decisões.

Este domínio assegura também as tarefas cometidas à coordenação regional do POCTEP, nomeadamente o acompanhamento de projectos, esclarecimentos a beneficiários, validação, verificação de despesas e auditoria de projectos e participação nos órgãos de gestão do programa, bem como a gestão e operacionalização regional do PO INTERREG V A 2014-2020, enquanto instrumento de financiamento de iniciativas no âmbito da cooperação transfronteiriça.

A cooperação técnico financeira entre a Administração Central e a Administração Local concorre igualmente para os resultados deste Objectivo Estratégico.

Todas estas actividades visam assegurar uma eficaz, adequada e transparente utilização dos apoios financeiros nacionais e fundos comunitários, com vista a:

- Optimizar a aplicação dos fundos comunitários na Região
- Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros
<table>
<thead>
<tr>
<th>Objectivo Estratégico</th>
<th>Objectivo Operacional</th>
<th>Actividade</th>
<th>uo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região</td>
<td>Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares</td>
<td>DSAJAL</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acções de Informação e divulgação do Alentejo 2020</td>
<td>GABC</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Actualização do website do Alentejo 2020</td>
<td>GABC</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Apreciação e Acompanhamento de projectos candidatados</td>
<td>SSP</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Auditoria da verificação da cobrança de taxas no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental</td>
<td>UCIA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Prevenção de Corrupção e Infracções Conexas</td>
<td>GABC</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Regime de Incentivo do Estado à Comunicação Social</td>
<td>GABC</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social - Incentivos Directos</td>
<td>GICS</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Regime de Incentivos do Estado à Leitura de Publicações Periódicas - Porte Pago</td>
<td>GICS</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social</td>
<td>GICS</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Relatório Anual de Execução dos Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social de âmbito regional e local de 2016</td>
<td>GICS</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Apreciação de candidaturas aos Sistemas de Incentivos ao Portugal 2020</td>
<td>DSDR</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020</td>
<td>DCI</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público</td>
<td>SSB</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>atribuído à região</td>
<td>SSB</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020</td>
<td>ALENTEJO 2020</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.1.3 **Objectivo Estratégico 3**

**Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados**

A Economia Circular, um conceito que visa promover a gestão sustentável dos recursos, reveste-se da maior actualidade e beneficia de um conjunto significativo de financiamentos, quer pela via do Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020, quer pela via do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos.

Como forma de contribuir para a coerência estratégica destes financiamentos, será promovida a elaboração de uma estratégia regional para a Economia Circular, no quadro das estratégias nacionais sectoriais, do Plano de Acção Regional ALENTEJO 2020 e da Estratégia de Regional de Especialização.

No âmbito da adaptação às alterações climáticas assinala-se uma iniciativa que visa dotar o Alentejo e as suas instituições, de conhecimentos sobre o sistema climático, ecológico, social e económico para uma posterior estratégia inteligente neste domínio. Foi considerado no âmbito da estratégia a desenvolver, que se reverteria de grande benefício, a implementação de um trabalho de sensibilização junto dos cidadãos e instituições sobre as temáticas do ordenamento do território e do ambiente, de modo a tornar mais fácil o cumprimento do quadro jurídico respeitante a estes assuntos.

A emissão de pareceres no âmbito da dinâmica dos instrumentos de gestão territorial e os pareceres no âmbito da avaliação ambiental estratégica de planos e no âmbito da avaliação de impacte ambiental de projectos são actividades previstas neste objectivo.

A componente ligada à gestão dos processos de licenciamento das actividades económicas enquadra-se neste objectivo assim como o vasto trabalho que foca a avaliação ambiental de planos e projectos e a operacionalização das estações de monitorização da qualidade do ar da CCDR Alentejo, incluindo a estação móvel.
Este Objectivo Estratégico enquadra e fundamenta as actividades associadas à gestão adequada do ambiente e do território na sua componente de intervenção directa e de fiscalização, com vista a:

- Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial;
- Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental da Região;
- Sensibilizar cidadão e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Objectivo Estratégico</th>
<th>Objectivo Operacional</th>
<th>Actividade</th>
<th>uo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>OE 3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados</td>
<td>Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial</td>
<td>Elaboração de pareceres sobre estudos, planos e programas no âmbito do ordenamento do território</td>
<td>DSDR</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Articulação entre os vários níveis de governação</td>
<td>DSOT</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Análise aos processos de comunicação prévia entrados neste SSP relativos à NUT III (RJUE/RJREN). Análise e acompanhamento de IGT(s)</td>
<td>SSP</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território.</td>
<td>SSB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Articulação dos instrumentos de gestão territorial no âmbito das orientações das políticas públicas</td>
<td>SSL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Enquadramento técnico de iniciativas/ações específicas nos Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (SSL)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSL)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região</td>
<td></td>
<td>Elaboração de pareceres sobre estudos de impacto ambiental</td>
<td>DSDR</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Gestão de processos de avaliação de impacte ambiental e de incidências ambientais de projectos</td>
<td>DSA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Gestão de processos de licenciamento de actividades económicas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Monitorização ambiental</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Disponibilização interna da informação relativa às contraordenações ambientais e às autarquias locais</td>
<td>DSAJAL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Instrução de processos de contraordenação ambiental</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Acções de Fiscalização dirigidas aos Operadores GRs licenciados (DSF)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Disponibilidade de informação legal relevante sobre ambiente e ordenamento do território</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Estratégia de regularização da industria extractiva (DSF)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (DSF)</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Objectivo Estratégico</td>
<td>Objectivo Operacional</td>
<td>Actividade</td>
<td>uo</td>
</tr>
<tr>
<td>------------------------</td>
<td>-----------------------</td>
<td>------------</td>
<td>----</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Acções de fiscalização na NUT III Alto Alentejo, no âmbito de situações detectadas ou monitorizadas pelo SSP e de reclamações/denúncias recebidas, em matéria ambiental</td>
<td>SSP</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Acções de Fiscalização dirigidas aos Operadores GR's licenciados (SSB)</td>
<td>SSB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Acompanhamento dos processos de pós-avaliação sujeitos a AIA</td>
<td>SSB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Estratégia de regularização da industria extractiva (SSB)</td>
<td>SSB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (SSB)</td>
<td>SSB</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas.</td>
<td>SSL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Elaboração de autos de notícia decorrentes de acções de fiscalização</td>
<td>SSL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar</td>
<td>SSL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas, para o correspondente território de actuação.</td>
<td>SSL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Sensibilizar cidadãos e instituições para as temas do Ordenamento do território e ambiente</td>
<td>DSOT</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Sensibilização de instituições e cidadãos para as temas do Ordenamento do Território</td>
<td>DSOT</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Sensibilização de instituições e cidadãos para a temática do Ambiente</td>
<td>DSA</td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.1.4 **Objectivo Estratégico 4**

*Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações*

Este objectivo centra-se em actividades de apoio às autarquias locais e suas associações. É função da organização prestar apoio a estas entidades em diversos domínios, concentrando-se, no entanto, neste Objectivo Estratégico, o apoio prestado de forma mais assídua e directa de natureza jurídica e contabilístico - financeira.

Este objectivo engloba assim actividades de interacção e evidencia a atitude da organização quanto à cooperação institucional com as autarquias locais e as suas associações.

O acompanhamento da evolução financeira autárquica (incluindo as respectivas associações) e o acompanhamento e prestação de apoio técnico no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL), visam o reforço da capacitação destas instituições, contribuindo assim para uma gestão técnica mais eficaz e eficiente dos recursos disponíveis.

Um conhecimento aprofundado da realidade da Administração Local, permitirá a elaboração de estudos de prospectiva com fins de informação para a tutela e posterior definição de novas políticas de actuação.

Estas opções estruturam-se em torno de dois Objectivos Operacionais:

- Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações;
- Acompanhar a actividade da administração local com vista à formulação de novas políticas.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Objectivo Estratégico</th>
<th>Objectivo Operacional</th>
<th>Actividade</th>
<th>uo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
<td>Acompanhar a actividade da administração local com vista à formulação de novas políticas</td>
<td>Acompanhamento dos SGRU</td>
<td>DSA</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Acompanhamento da evolução financeira das autarquias locais</td>
<td>DSAJAL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Validação das prestações de contas, documentos previsionais, fichas trimestrais e dossiers do Fundo Social Municipal (FSM) fundo consignado em OE - colaboração institucional com a DGAL</td>
<td>DSAJAL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
<td>Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL/SNC-AP)</td>
<td>DSAJAL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
<td>DSAJAL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Iniciativas de descentralização e de capacitação da Administração Local e entidades Particulares</td>
<td>DSAJAL</td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.1.5 **Objectivo Estratégico 5**

**Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional**

Dando corpo à missão da CCDR Alentejo no que respeita à cooperação enquanto factor para a implantação da estratégia europeia de coesão e ao melhor aproveitamento dos instrumentos de financiamento existentes para esta finalidade, serão promovidas acções que, de modo consistente e continuado, assegurem a participação do Alentejo na implementação destas políticas.

Com a concretização deste objectivo, pretende-se continuar a efectuar uma participação empenhada nos programas de cooperação territorial europeia, quer nos fóruns de discussão, lóbi e negociação transnacional de matérias de importância transversal ao espaço europeu, quer ainda, e sobretudo, pela proximidade, história, cultura e estratégias de desenvolvimento, com Espanha.

Esta opção sustenta-se numa longa linha de partilha de interesses, visões, valores e projectos em comum, apoiados em investimentos compartilhados e comparticipados por Fundos Europeus que atenuam distâncias e promovem progressos ao nível do território, da economia e da cidadania e progresso das zonas de fronteira.
### Objectivo Estratégico 5_ Objectivos Operacionais_ Actividades

<table>
<thead>
<tr>
<th>Objectivo Estratégico</th>
<th>Objectivo Operacional</th>
<th>Actividade</th>
<th>uo</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>OE 5 - Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional</td>
<td>Promover a cooperação transnacional</td>
<td>Dinamização das Eurorregiões EUROACE e EUROAAA</td>
<td>DCI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Participação do Alentejo nos diferentes âmbitos da Cooperação Territorial Europeia</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.1.6 **Objectivo Estratégico 6**

**Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos**

Pretende-se com este objectivo impulsionar melhorias no desempenho organizacional e na notoriedade da CCDR Alentejo junto dos seus stakeholders externos e internos.

Neste âmbito integram-se actividades que apontam para uma melhoria da comunicação interna e externa da organização e que se prendem com o desempenho do Gabinete de Comunicação, nomeadamente na oportuna e sistemática divulgação de notas de imprensa.

A informação veiculada pela via da **Web** também se encontra aqui revertida, atribuindo-se uma forte importância a um bom desempenho neste âmbito.

A melhoria da gestão interna da organização encontra-se igualmente na constituição dos contributos para este objectivo, constituindo-se assim, como um objectivo operacional, o qual agrega a grande maioria de actividades de promoção do desenvolvimento e inovação interno, bem como na formação, qualificação e motivação dos colaboradores internos.

As actividades previstas no âmbito da actualização e acompanhamento ao Plano de Prevenção de Corrupção e Infracções Conexas, reflectem a preocupação da organização em manter-se como um serviço de qualidade e transparente na sua relação com os utentes.

Este enquadramento estrutura as actividades e desenvolver em torno de 3 Objectivos Operacionais:

- Inovar nos processos de gestão interna
- Melhorar a comunicação interna e externa
- Melhorar a gestão organizacional
<table>
<thead>
<tr>
<th>Objectivo Estratégico</th>
<th>Objectivo Operacional</th>
<th>Actividade</th>
<th>ou</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>OE 6 - Melhorar o desempenho</td>
<td>Inovar nos processos de gestão interna</td>
<td>Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental</td>
<td>DSCGAF</td>
</tr>
<tr>
<td>organizacional e o seu</td>
<td></td>
<td>Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>reconhecimento junto dos</td>
<td></td>
<td>Processo de Certificação da Qualidade da CCDR Alentejo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>stakeholders externos</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Melhorar a comunicação interna e</td>
<td>Gestão do Fundo Documental e apoio gráfico à comunicação</td>
<td>DSDR</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>externa</td>
<td>Divulgação de informação relevante para a administração local</td>
<td>DSAJAL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Acções de Informação e divulgação da CCDRA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Elaboração de Revista de Imprensa</td>
<td>GABC</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Melhorar a gestão organizacional</td>
<td>Elaboração e monitorização dos Documentos de Gestão Estratégica Organizacional da CCDRA Alentejo</td>
<td>DSDR</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Apoio jurídico aos serviços da CCDR Alentejo</td>
<td>DSAJAL</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Criação on-line de formulário para recepção de candidaturas espontâneas+CV, com resposta automática formatada</td>
<td>DSCGAF</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Implementação generalizada a todos os dirigentes, da assinatura digital</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Licenciamento de produtos Microsoft</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.2 ACTIVIDADES E INDICADORES POR UNIDADE ORGÂNICA

Neste capítulo são apresentadas todas as actividades e respectivos indicadores de avaliação, por Unidade Orgânica (UO), a desenvolver pela CCDR Alentejo em 2017.

No capítulo 6.1 foram apresentadas as mesmas actividades, mas com o seu alinhamento face aos objectivos estratégicos e operacionais definidos para o Plano de Actividades e para o respectivo Quadro de Avaliação e Responsabilização.

Evidencia-se assim o quadro interno de responsabilidades na concretização de cada uma das actividades, obtendo-se igualmente uma noção muito precisa das competências, das funções, das responsabilidades e proficiências de cada uma das UO.

As actividades desenvolvidas pelos serviços sub-regionais que no seu espaço territorial contribuem para a concretização de objectivos das direcções de serviços podem constituir-se como unidades homogéneas internas em algumas actividades.

A metodologia colocada em prática, permite que na sequência da sua linearidade surjam as linhas mestras para definição também da avaliação de desempenho prevista em SIADAP 2 e 3 e em que o desempenho de colaboradores resulta directamente das actividades previstas em plano.
A região dispõe de um conjunto de documentos orientadores para o seu desenvolvimento no horizonte de 2020, nomeadamente o Plano de Acção Regional, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente e o Programa Operacional ALENTEJO 2020, cuja implementação importa agora articular com as opções de políticas públicas nacional e regionalmente prosseguidas, nomeadamente o Plano Nacional de Reformas 2016/2019, o Plano Nacional para a Coesão Territorial, o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (em revisão), a Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas, o PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o sector de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais,...

É neste contexto que as actividades a desenvolver no âmbito da DSDR, em 2017, se organizarão em torno de três linhas de intervenção:

- Preparação e divulgação de informação sobre o desenvolvimento da Região
- Elaboração de pareceres sobre estudos, planos e programas, quanto à sua coerência com as orientações estratégicas regionais
- Participação na apreciação das candidaturas aos Sistemas de Incentivos no âmbito do Portugal 2020

A DSDR assegurará ainda a elaboração e monitorização dos documentos de gestão estratégica organizacional, nomeadamente o Quadro de Avaliação e Responsabilização e o do Plano de Actividades da CCDR, no quadro das orientações existentes para o efeito.
### Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Critico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Índice de apreciações do mérito regional nos prazos fixados internamente</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>DSDR</td>
<td>Apreciação de candidaturas aos Sistemas de Incentivos ao Portugal 2020</td>
<td>Índice de pareceres sobre enquadramento na EREI emitidos no prazo de 5 dias úteis</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo para actualização do quadro global de acompanhamento</td>
<td>dias</td>
<td>20</td>
<td>7</td>
<td>2</td>
<td>3</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Índice de pareceres emitidos nos prazos fixados internamente</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Elaboração de pareceres sobre estudos de impacto ambiental</td>
<td>Índice de pareceres emitidos nos prazos fixados internamente</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Elaboração de pareceres sobre estudos, planos e programas no âmbito do ordenamento do território</td>
<td>Índice de pareceres emitidos nos prazos fixados internamente</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Elaboração e monitorização dos Documentos de Gestão Estratégica Organizacional da CCDRAlentejo</td>
<td>Data de conclusão do PA para 2018</td>
<td>dias</td>
<td>40</td>
<td>325</td>
<td>5</td>
<td>315</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Índice de monitorizações do QUAR e do PA a efectuar dentro dos prazos internamente fixados</td>
<td>%</td>
<td>20</td>
<td>90</td>
<td>0</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo para elaboração do Relatório de Actividades e Auto-avaliação de 2016</td>
<td>dias</td>
<td>40</td>
<td>90</td>
<td>4</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Gestão do Fundo Documental e apoio gráfico à comunicação</td>
<td>Taxa de classificação e catalogação dos documentos recebidos (em qualquer formato)</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de cumprimento de prazo na execução dos trabalhos</td>
<td>%</td>
<td>30</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de divulgação quinzenal interna das publicações recebidas</td>
<td>%</td>
<td>30</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Sistematização, tratamento e disponibilização de informação relevante para o desenvolvimento regional</td>
<td>Elaboração de documentos/conteúdos sobre temáticas específicas</td>
<td>Nº</td>
<td>30</td>
<td>6</td>
<td>2</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo de actualização trimestral de conteúdos no site</td>
<td>dias</td>
<td>30</td>
<td>15</td>
<td>5</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de actualização mensal da base de dados</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Estrutura de Implementação e Recursos

A perspectiva estratégica da DSOT para 2017 está em estreito alinhamento com a nova abordagem territorial a consubstanciar na alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), como instrumento de cúpula do sistema de gestão territorial e constituindo o referencial para um novo conceito de planeamento e gestão.

Mais coerência e responsabilidade, contribuirão para a racionalidade colectiva enquanto princípio fundamental do ordenamento do território, de que a recente reforma definiu um conjunto de normas relativas à disciplina do uso do solo e do seu sistema jurídico, com objectivo de traduzir uma visão conjunta do sistema de planeamento e dos instrumentos de política de solos.

Estabelece a respectiva Lei de bases gerais da política pública de solos, ordenamento do território e urbanismo como fins, entre outros, garantir o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica territorial, a criação de emprego e o reforço da coesão territorial, enquadrando as dinâmicas económicas e sociais com efeitos espacializados.

A igualdade de oportunidades no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas terá que ser garantido pela articulação entre os vários níveis de governação, de que o apoio das CCDR ao Governo na dinamização e elaboração do PNPOT é parte integrante, cabendo-lhes para além do diagnóstico e reflexão estratégica regional a colaboração na elaboração do programa de acção, o envolvimento dinâmico na participação activa dos diversos sectores, actores e municípios e suas associações.

Tendo como suporte fundamental o facto de a CCDR constituir a autoridade regional em matéria de ordenamento do território e, sobretudo, de coordenação por excelência, esta perspectiva estratégica deverá concretizar a sua actuação concertada e coerente de desenvolvimento territorial, através da territorialização das políticas públicas e da aplicação dos instrumentos financeiros afectos ao Programa Operacional.

Este, terá, naturalmente, como referência o modelo territorial do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) e a intervenção activa da DSOT no processo de selecção das acções a apoiar no âmbito do Eixo 4 e do Eixo 7 do POR, por forma a contribuir para a sustentação da coesão territorial e a afirmação das relações urbano-rurais.
### Direcção de Serviços de Ordenamento do Território - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Critico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>Apoio ao Governo na dinamização e elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território</td>
<td>Índice de reuniões de trabalho da equipa técnica %</td>
<td>40</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>índice de reuniões participadas no âmbito de iniciativas alargadas do PNPOT %</td>
<td>30</td>
<td>75</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo de entrega do relatório de diagnóstico regional dias</td>
<td>30</td>
<td>345</td>
<td>20</td>
<td>320</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>Articulação entre os vários índices de governação</td>
<td>Índice de atendimentos %</td>
<td>50</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>índice de pareceres emitidos %</td>
<td>50</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>consolidação do SIG regional</td>
<td>temas acrescentados ao site Nº</td>
<td>100</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>4</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>fiscalização de processos relativos a usos e acções sujeitos a controle prévio</td>
<td>taxa de verificação dos projectos selecionados para verificação prévia %</td>
<td>100</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>Gestão do regime jurídico da RAN</td>
<td>índice de participação nas reuniões %</td>
<td>100</td>
<td>95</td>
<td>3</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>gestão do regime jurídico da REN</td>
<td>Prazo de elaboração de relatório regional dias</td>
<td>50</td>
<td>120</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>Sensibilização de instituições e cidadãos para as temáticas do Ordenamento do Território</td>
<td>taxa de pareceres emitidos %</td>
<td>50</td>
<td>95</td>
<td>3</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td></td>
<td>Número de acções de sensibilização sobre matérias do Ordenamento do Território</td>
<td>nº</td>
<td>50</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td></td>
<td>Taxa de cobertura territorial das acções de sensibilização %</td>
<td>50</td>
<td>35</td>
<td>5</td>
<td>15</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Direcção de Serviços de Ambiente**

O território e os seus recursos e valores naturais e ambientais são, no Alentejo, o seu maior e mais valioso activo para o desenvolvimento pelo que a sua preservação, utilização e gestão racionais são condição e garante da sua valorização e da competitividade sustentável.

Nesta perspectiva, é fundamental e indispensável adoptar, por um lado, uma atitude preventiva relativamente aos impactos, nomeadamente, da actividade económica, e, por outro, prever, simultaneamente, medidas de minimização, compensação e mitigação das consequências inevitáveis de processos complexos de desenvolvimento.

Ciente da sua responsabilidade nestas matérias e também na territorialização das políticas públicas sectoriais, a CCDRA, tem vindo a desenvolver esforços no sentido não só de elaborar estratégias regionais e respectivos planos de acção para as principais e mais prioritárias áreas de intervenção, como também, de promover novos modelos de governação, mais eficazes, eficientes e mais envolventes da participação pública.

Também a recolha de dados, o seu tratamento e sistematização para produção de conhecimento, são elementos chave na identificação dos problemas e na formulação das políticas públicas e das estratégias regionais, bem como na monitorização e avaliação da sua implementação.

Assim sendo, e dando sequência à estratégia definida em 2016, as actividades previstas para 2017 desenvolver-se-ão de acordo com as seguintes linhas de orientação geral:

- Melhoria da recolha e tratamento de dados sobre ambiente;
- Monitorização e melhoria da qualidade ambiental, designadamente, através da prevenção/minimização/redução de impactes e do passivo ambiental;
- Sensibilização, informação e formação dos cidadãos e instituições para as temáticas do ambiente e do ordenamento do território;
- Definição e implementação de estratégias regionais, políticas públicas e planos de acção, tendo em vista a melhoria da qualidade ambiental e a garantia da sustentabilidade do território;
- Utilização privilegiada, na perspectiva da governação integrada, de metodologias colaborativas na resolução dos problemas complexos.
### Direcção de Serviços de Ambiente - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DSA</td>
<td>Acompanhamento dos SGRU</td>
<td>Prazo para a elaboração do relatório de avaliação dos SGRU</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>300</td>
<td>30</td>
<td>260</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Estratégia de Regularização das Pedreiras</td>
<td>Prazo para a elaboração do relatório de estratégia de actuação</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>270</td>
<td>30</td>
<td>225</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Gestão de processos de avaliação de impacte ambiental e de incidências ambientais de projectos</td>
<td>Taxa de acompanhamento de processos de AIA e Alnca</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>87</td>
<td>5</td>
<td>95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de pós-avaliação dos projectos do EFMA</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>80</td>
<td>5</td>
<td>95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Gestão de processos de licenciamento de actividades económicas</td>
<td>Taxa de análise de relatórios recebidos no ano (PCIP, pedreiras, emissões para a atmosfera, ruído)</td>
<td>%</td>
<td>30</td>
<td>75</td>
<td>10</td>
<td>95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de licenciamento de OGR de 2017</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>80</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de participação em processos externos com resposta em 90% do prazo legal</td>
<td>%</td>
<td>30</td>
<td>60</td>
<td>15</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Monitorização ambientar</td>
<td>Monitorização de Operadores de Gestão de Resíduos</td>
<td>nº</td>
<td>50</td>
<td>20</td>
<td>5</td>
<td>30</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Registo regional na base de dados nacional de qualidade do ar</td>
<td>dias</td>
<td>50</td>
<td>305</td>
<td>25</td>
<td>365</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Sensibilização de instituições e cidadãos para a temática do Ambiente</td>
<td>Número de acções de sensibilização sobre matérias de ambiente</td>
<td>nº</td>
<td>50</td>
<td>5</td>
<td>1</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de cobertura territorial das acções de sensibilização</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>75</td>
<td>20</td>
<td>100</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local**

A Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local, enquanto peça integrante da CCDRA, ambiciona acompanhar de forma mais interventiva a actividade dos Municípios, das Comunidades Intermunicipais, das Associações de Municípios e das Freguesias, sempre no respeito pelo princípio da autonomia local, promovendo estudos técnicos e reforçando as relações de articulação funcional com a Direcção-geral das Autarquias Locais e os Gabinetes dos Membros do Governo, tendo em vista a colaboração da CCDRA na formulação de novas políticas, designadamente no âmbito da descentralização administrativa.

A melhoria do apoio técnico às autarquias locais e suas associações é um desígnio que continuará a nortear a acção da DSAJAL em 2017, sendo certo que o reforço de recursos humanos tecnicamente habilitados é condição essencial para concretizar este objectivo de forma mais cabal e sustentada.

Também relevante será a assegurar a continuidade do apoio jurídico aos sectores do ambiente e do ordenamento do território, no âmbito das atribuições da CCDRA, quer ao nível da interpretação dos regimes, quer da instrução de processos de contra-ordenação, quer ainda ao nível de contributos sobre eventuais solicitações da tutela em matéria de preparação de iniciativas legislativas ou regulamentares.
### Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Acompanhamento da evolução financeira das autarquias locais</td>
<td>Prazo de elaboração do Relatório “Municípios da Região Alentejo – Relatório de Execução Financeira – 2016”</td>
<td>dias</td>
<td>60</td>
<td>275</td>
<td>5</td>
<td>220</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Volume de informação tratada (freguesias)</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>80</td>
<td>10</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Grau de execução</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL/SNC-AP)</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Apoio jurídico aos serviços da CCDR Alentejo</td>
<td>Índice de respostas</td>
<td>%</td>
<td>70</td>
<td>80</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>N° de acções internas de esclarecimento de temas jurídicos</td>
<td>nº</td>
<td>30</td>
<td>2</td>
<td>0</td>
<td>3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Apoio técnico às autarquias locais e suas associações</td>
<td>Índice de respostas aos pedidos de apoio jurídico por via telefónica</td>
<td>%</td>
<td>25</td>
<td>85</td>
<td>3</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº de acções de esclarecimento às autarquias locais</td>
<td>nº</td>
<td>20</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Percentagem de pedidos de parecer despachados até 30 dias úteis face ao total de pedidos entrados no ano</td>
<td>%</td>
<td>55</td>
<td>55</td>
<td>5</td>
<td>69</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares</td>
<td>Avaliação da cooperação técnica e financeira</td>
<td>%</td>
<td>70</td>
<td>80</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Disponibilização interna da informação relativa às contra-ordenações ambientais e às autarquias locais</td>
<td>Prazo de execução do Relatório Regional de Acompanhamento da Cooperação Financeira</td>
<td>dias</td>
<td>30</td>
<td>55</td>
<td>5</td>
<td>44</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Divulgação de informação relevante para a administração local</td>
<td>Divulgação de informação no site da CCDR ou por outro meio</td>
<td>nº</td>
<td>40</td>
<td>40</td>
<td>5</td>
<td>50</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Edição do Boletim “Uma Administração Local de Excelência para o Alentejo”</td>
<td>nº</td>
<td>60</td>
<td>6</td>
<td>1</td>
<td>8</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Iniciativas de descentralização e de capacitação da Administração Local e entidades Particulares</td>
<td>Iniciativas concretizadas</td>
<td>nº</td>
<td>100</td>
<td>35</td>
<td>5</td>
<td>44</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Instrução de processos de contra-ordenação ambientan</td>
<td>Incremento de decisões de processos</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>2,5</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº de processos de contra-ordenação instaurados</td>
<td>nº</td>
<td>60</td>
<td>160</td>
<td>25</td>
<td>200</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Validação das prestações de contas, documentos previsionais, fichas trimestrais e dossiers do Fundo Social Municipal (FSM) fundo consignado em OE – colaboração institucional com a DGAL</td>
<td>Grau de execução da validação de dossier contabilísticos FSM</td>
<td>%</td>
<td>20</td>
<td>65</td>
<td>10</td>
<td>81</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo acumulado de execução da validação das fichas trimestrais do FSM</td>
<td>dias</td>
<td>30</td>
<td>90</td>
<td>3</td>
<td>72</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo de execução da validação do SIIAL</td>
<td>dias</td>
<td>50</td>
<td>195</td>
<td>3</td>
<td>156</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Direcção de Serviços de Fiscalização**

A Direcção de Serviços de Fiscalização tem as suas prioridades de actuação para 2017 definidas e ancoradas naquilo que são as suas competências de coordenação e desenvolvimento das acções de fiscalização nas matérias da competência da CCDR.

Perspectiva-se dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível da redução dos passivos ambientais da região, nomeadamente no que respeita aos depósitos ilegais de resíduos, dando assim um contributo importante para a melhoria da qualidade ambiental na região.

Igualmente relevante é o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao nível do ordenamento do território com especial destaque para a pós-avaliação dos processo REN em que, para 2017, está prevista a conclusão da verificação dos processos tramitados nesta CCDR em 2012.

Iniciou-se em 2016 um trabalho conjunto com a DGEG no que respeita à construção de uma base de dados/cadastro georreferenciado das pedreiras do Alentejo com a qual se pretende dar continuidade em 2017 com a definição de uma estratégia de regularização da industria extractiva do Alentejo.
### Direcção de Serviços de Fiscalização - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto</th>
<th>Ponto</th>
<th>Ponto</th>
<th>Ponto</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DSF</td>
<td>Acções de Fiscalização dirigidas aos Operadores GRs licenciados (DSF)</td>
<td>Nº de acções realizadas</td>
<td>Nº</td>
<td>100</td>
<td>20</td>
<td>5</td>
<td>30</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSF</td>
<td>Disponibilidade de informação legal relevante sobre ambiente e ordenamento do território</td>
<td>Taxa de actualização do site da CCDR</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSF</td>
<td>Estratégia de regularização da industria extractiva (DSF)</td>
<td>Prazo para a conclusão do relatório da estratégia</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>270</td>
<td>30</td>
<td>240</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSF</td>
<td>Fiscalização de procedimentos de controlo prévio Índice dos em 2012 (DSF)</td>
<td>Índice de processos verificados</td>
<td>%</td>
<td>80</td>
<td>50</td>
<td>10</td>
<td>25</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSF</td>
<td>Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas</td>
<td>Prazo para elaboração do relatório regional de fiscalização (2017)</td>
<td>dias</td>
<td>20</td>
<td>31</td>
<td>5</td>
<td>20</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de verificação no local na sequência de reclamações/denúncias recebidas em matéria de ambiente/ordenamento do território</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>80</td>
<td>10</td>
<td>5</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira

A Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira é uma unidade orgânica nuclear, a qual integra três unidades orgânicas flexíveis: a Divisão de Comunicação, a Divisão de Gestão Administrativa e a Divisão Financeira (cf Despacho nº 8790/2015, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 154, de 10 de Agosto), encontrando-se as competências da DSCGAF definidas pela Portaria nº 528/2007, de 30 de Abril.

A perspectiva estratégica da Direcção de Serviços aponta para a constante melhoria na forma como o trabalho é realizado e numa visão de organização interna que permita tirar o melhor aproveitamento dos recursos existentes (humanos e materiais), de forma a que se elevem níveis de satisfação interna por parte dos diferentes trabalhadores e que as competências e actividades que desenvolvem sejam realizadas com critérios de eficiência e eficácia.

Assim, é condição desta Direcção de Serviços (DS):

Responder às competências que lhe estão atribuídas de uma forma eficaz e cèlere;

Manter os Serviços com elevados níveis de boa funcionalidade (recursos humanos, espaços, condições, equipamentos, sistemas);

Envolver a CCDRA em projectos que resultem na melhoria das condições de funcionamento e traduzam a necessária e permanente modernização administrativa;

Simplificar procedimentos;

Melhorar procedimentos internos, sendo uma constante preocupação da DS a interoperabilidade dos sistemas e plataformas informáticas em utilização no organismo;

Melhoria qualitativa e quantitativa do trabalho realizado;

Melhoria da comunicação interna.

A acção desta Direcção de Serviços, tal como as restantes, contribui para os objectivos estratégicos da CCDR Alentejo, contribui igualmente para os objectivos específicos do Ministério que Tutela as CCDRs, está enquadrada nas Grandes Opções do Plano (contribuindo para o Programa SIMPLEX), e contribui decisivamente para a implementação de medidas de modernização e simplificação administrativa.
Em todos os procedimentos administrativos desenvolvidos pela DS, estão bem presentes dois dos principais princípios, que deverão assegurar qualquer procedimento administrativo: o princípio da legalidade e o princípio da eficiência.
<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DSCGAF</td>
<td>Criação on-line de formulário para recessão de candidaturas espontâneas+CV, com resposta automática formatada</td>
<td>Prazo para implementação do formulário</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>90</td>
<td>30</td>
<td>180</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental</td>
<td>nº de acções de formação desenvolvidas no âmbito do novo SGD</td>
<td>Nº</td>
<td>50</td>
<td>2</td>
<td>1</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo para implementação após adjudicação</td>
<td>dias</td>
<td>50</td>
<td>240</td>
<td>30</td>
<td>210</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente</td>
<td>Prazo para implementação após adjudicação</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>240</td>
<td>30</td>
<td>210</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Implementação generalizada a todos os dirigentes, da assinatura digital</td>
<td>Prazo de aquisição de equipamento de leitura para cartão de cidadão</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>90</td>
<td>30</td>
<td>180</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Licenciamento de produtos Microsoft</td>
<td>Prazo para implementação após adjudicação</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>180</td>
<td>60</td>
<td>240</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Processo de Certificação da Qualidade da CCDR Alentejo</td>
<td>Nº de Medidas implementadas internamente</td>
<td>Nº</td>
<td>100</td>
<td>3</td>
<td>1</td>
<td>5</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Divisão de Cooperação Inter-regional**

As funções exercidas por esta UO distribuem-se pela coordenação regional delegada à CCDR pelas Autoridades de Gestão dos Programas de Cooperação Territorial Europeia (CTE) de que é membro, em assegurar a participação efectiva ou a coordenação regional em projectos de CTE, bem como na participação e acompanhamento de entidades associativas europeias de que é membro e no desempenho de tarefas de natureza técnica conducentes ao reforço da cooperação inter-regional, transnacional e, sobretudo, transfronteiriça.

Perspetivam-se como acções estratégicas:

Atingir um grau elevado de cumprimento das tarefas inerentes à implantação do novo Programa INTERREG V-A de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020, procurando garantir uma adequada execução dos objectivos estratégicos globais do programa através do acompanhamento, no plano técnico, do suporte aos promotores na execução dos projectos e, no domínio da coordenação regional, a realização das missões de controle e auditoria, o apoio às estruturas de gestão e acompanhamento visando inculcar a maior eficácia e eficiência e rentabilidade do apoio financeiro concedido;

Valorizar e dinamizar o papel agregador e estratégico que as Eurorregiões EUROACE e EUROAAA desempenham no quadro da Cooperação Transfronteiriça para o desenvolvimento regional e inter-regional, aperfeiçoando e incrementando o funcionamento interno das respectivas Comunidades de Trabalho, difundindo a mensagem e objectivos das Eurorregiões, dando-lhes visibilidade no contexto ibérico, europeu e internacional e procurando fomentar a participação dos cidadãos na sua construção;

Promover o intercâmbio e a capitalização de experiências, de ideias e de boas-práticas que se integrem nos objectivos estratégicos de desenvolvimento da região no que concerne à sua internacionalização, nomeadamente em programas de cooperação territorial europeia em que a Região Alentejo é elegível no contexto da cooperação transnacional e interregional, de forma activa e interveniente em projectos de cooperação, ou participando num quadro de coordenação de parcerias técnicas e estratégicas;

Defender os interesses regionais e partilhar de decisões estratégicas de âmbito europeu e internacional, fomentar o conhecimento e valorizar a região através da participação em redes e organizações europeias de que o Alentejo é membro.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidade</th>
<th>Descrição</th>
<th>Indicador</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DCI</td>
<td>Dinamização das Eurorregiões EUROACE e EUROAAA</td>
<td>Nº de Acções de acompanhamento realizadas</td>
<td>N.º</td>
<td>50</td>
<td>10</td>
<td>2</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº de Acções de difusão realizadas</td>
<td>N.º</td>
<td>50</td>
<td>10</td>
<td>2</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020</td>
<td>Nº de Acções de publicidade, comunicação e informação</td>
<td>N.º</td>
<td>20</td>
<td>5</td>
<td>2</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Reduzir em 20% o tempo de resposta a actividades de verificação/validação de despesas</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>20</td>
<td>3</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Reduzir em 20% o tempo de resposta a solicitações da AG/SC</td>
<td>%</td>
<td>30</td>
<td>20</td>
<td>3</td>
<td>50</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Participação do Alentejo nos diferentes âmbitos da Cooperação Territorial Europeia</td>
<td>Nº de Acções de assessoria realizadas</td>
<td>N.º</td>
<td>50</td>
<td>10</td>
<td>2</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº de Acções de difusão concretizadas</td>
<td>N.º</td>
<td>50</td>
<td>10</td>
<td>2</td>
<td>15</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A Perspectiva Estratégica para 2017 passa por um aprofundamento da articulação com as diversas Direcções de Serviços/Divisões, com as quais se deve articular o desenvolvimento das actividades dos serviços desconcentrados. Quanto maior for o envolvimento e a partilha com estas unidades orgânicas nucleares, melhor será certamente o desempenho e a prestação dos serviços junto dos “stakeholders” externos.

Outro aspecto importante é o de que os serviços se preparem para as alterações que se estão a verificar (tecnológicas, atribuições, etc.) e que certamente continuarão no futuro, preparando-se para fazer o mesmo trabalho com menos recursos, para desenvolver outras competências que eventualmente possam ser cometidas à organização, portanto fazer mais com os mesmos recursos, havendo para isso que não perder de vista a importância da qualificação/formação permanentes.
## Serviço Sub-Regional de Portalegre - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidade</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto</th>
<th>Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Acções de fiscalização na NUT III Alto Alentejo, no âmbito de situações detectadas ou monitorizadas pelo SSP e de reclamações/denúncias recebidas, em matéria ambiental</td>
<td>Taxa de verificações de acções de fiscalização</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SSP</td>
<td>Análise aos processos de comunicação prévia entrados neste SSP relativos à NUT III (RIUE RJREN). Análise e acompanhamento de IGT(s)</td>
<td>Taxa de execução dos processos de comunicação prévia</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Apreciação e Acompanhamento de projectos candidatados</td>
<td>Taxa de apreciação e Acompanhamento de projectos candidatados</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
A Divisão Sub-Regional de Beja tem as suas prioridades de actuação para 2017 definidas e ancoradas naquilo que são as suas competências, nomeadamente de coadjuvar e prestar apoio aos serviços da CCDR Alentejo, no desenvolvimento das suas atribuições e competências nos domínios do ordenamento do território, do ambiente e da administração local, bem como na verificação física e financeira de projectos candidatos a programas com ou sem financiamento comunitário.

Perspectiva-se dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com especial enfoque na melhoria da articulação com as diversas Direcções de Serviços da casa, com especial destaque para a área do Ordenamento do Território.

Na área da Fiscalização ambiental reforçou-se o a capacidade operacional destes serviços com mais um elemento durante o ano de 2016, tendo-se assim possibilitado uma maior abrangência do território e celeridade na apreciação dos processos de denúncia recebidos.
### Serviço Sub-Regional de Beja - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Acções de Fiscalização dirigidas aos Operadores GR’s licenciados (SSB)</td>
<td>Nº de acções realizadas</td>
<td>Nº</td>
<td>100</td>
<td>5</td>
<td>1</td>
<td>6</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Acompanhamento dos processos de pós-avaliação sujeitos a AIA</td>
<td>Taxa de pós-avaliação dos projectos do EFMA</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>80</td>
<td>5</td>
<td>85</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território.</td>
<td>Índice de atendimentos</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território.</td>
<td>Índice de pareceres emitidos</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>85</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Articulação dos instrumentos de gestão territorial no âmbito das orientações das políticas públicas</td>
<td>Prazo para elaboração de relatório sub-regional sobre os resultados da actividade em 2016</td>
<td>dias</td>
<td>30</td>
<td>25</td>
<td>10</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Articulação dos instrumentos de gestão territorial no âmbito das orientações das políticas públicas</td>
<td>Taxa de propostas de planos apresentadas</td>
<td>%</td>
<td>70</td>
<td>25</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Estratégia de regularização da industria extractiva (SSB)</td>
<td>Taxa de verificações no local</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>75</td>
<td>10</td>
<td>85</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (SSB)</td>
<td>Índice de procs. Verificados</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>45</td>
<td>10</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (SSB)</td>
<td>(Nº total de procs. Verificados/Nº total procs. Do RJREN concluídos em 2012)*100</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>80</td>
<td>10</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas.</td>
<td>Índice de resposta aos reclamantes num prazo de 30 dias</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>80</td>
<td>10</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas.</td>
<td>Taxa de verificações no local (N.º de Informações/N.º de processos) x 100</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>80</td>
<td>10</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSB)</td>
<td>Elaboração de relatório sub-regional sobre os resultados da actividade em 2016</td>
<td>dias</td>
<td>30</td>
<td>25</td>
<td>3</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSB)</td>
<td>Taxa de pareceres emitidos</td>
<td>%</td>
<td>70</td>
<td>95</td>
<td>3</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região</td>
<td>Grau de execução de programas de financiamento</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>95</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Serviço Sub-Regional do Litoral**

Do ponto de vista da análise de processos do RJREN e fiscalização, quer em matéria de ambiente quer de ordenamento do território, pretende-se que a presença no terreno, da fiscalização em acções de verificação de pretensões autorizadas ou não e a fiscalização mais virada para as situações de infracções ambientais de abandono de resíduos ou outras, dar visibilidade à CCDRA como organismo da Administração Central atento e coordenador do território sob a sua jurisdição.

O SSL ambiciona contribuir para a estratégia no que respeita à melhoria, que se quer constante, da qualidade ambiental do território sendo a UO que tem sob a sua responsabilidade a operação e gestão da rede de monitorização da qualidade do ar. O esforço feito para que se atinjam os níveis de eficiência exigido por lei e com a implementação, já iniciada, dos procedimentos de controlo de qualidade e exactidão dos dados produzidos pelas estações, reforça que estamos a contribuir para a estratégia de afirmação do território como destino de qualidade na vertente turística e também na cativação de novos projectos empresariais que possam motivar mais pessoas a escolher a região para se radicarem pela qualidade de vida que a região tem para oferecer.

Ainda na área do ambiente, nomeadamente na qualidade do ar, participou a CCDRA através do SSL em vários projectos de índole científico onde desempenhou sempre um papel importante, tanto ao nível da obtenção de dados de qualidade do ar que serviram de base aos estudos, assim como participou activamente ao nível das comissões científicas que acompanharam os respectivos projectos (SinesBioar, GISA ALEX2014). A participação em projectos desta natureza demonstra ser a CCDRA um organismo pro-activo e sempre colaborante para a melhoria da região e esta unidade orgânica deseja continuar esse nível de qualidade de trabalho.
<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>SSL</td>
<td>Elaboração de autos de notícia decorrentes de acções de fiscalização</td>
<td>Autos de notícia levantados na região</td>
<td>Nº</td>
<td>100</td>
<td>15</td>
<td>3</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Enquadramento técnico de iniciativas. Acções específicas nos Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis</td>
<td>taxa de pareceres emitidos</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>95</td>
<td>3</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar</td>
<td>Taxa de eficiência da estação móvel</td>
<td>%</td>
<td>20</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de eficiência das estações fixas</td>
<td>%</td>
<td>80</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fiscalização de procedimentos de controlo prévio concluídos em 2012 (SSL)</td>
<td>Índice de processos verificados</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>50</td>
<td>10</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas, para o correspondente território de actuação.</td>
<td>Índice de resposta aos reclamantes num prazo de 30 dias</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>80</td>
<td>10</td>
<td>95</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo para a elaboração do relatório sub-regional sobre os resultados da fiscalização em matéria de ambiente/ordenamento do território (2016)</td>
<td>dias</td>
<td>10</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa sub-regional de verificações no local</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN (SSL)</td>
<td>Prazo para a elaboração do relatório sub-regional sobre os resultados desta actividade (2016)</td>
<td>dias</td>
<td>50</td>
<td>100</td>
<td>5</td>
<td>90</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>taxa de pareceres emitidos</td>
<td>%</td>
<td>50</td>
<td>95</td>
<td>3</td>
<td>100</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No que concerne ao PO do actual período de programação, 2014/2020 – ALENTEJO2020, no ano de 2017, tendo a perspetiva dum melhor desempenho dos Sistemas de Informação e da sua articulação com o Balcão Único, prevê-se um acréscimo na aprovação de operações e consequente acréscimo na execução e nos pagamentos.

O ano de 2017 ficará igualmente marcado pela operacionalização das restantes tipologias de operações, através dos avisos de abertura de candidaturas, com destaque para os Grupos de Acção Local, no âmbito das Estratégias de Desenvolvimento Local, bem como para as Autoridades Urbanas no âmbito das Acções Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Por outro lado, concluídas as avaliações ex-ante os instrumentos financeiros associados à reabilitação urbana, eficiência energética e inovação e empreendedorismo social, também nestas áreas se verificará a concretização dos apoios aos beneficiários finais.

### Programa Operacional ALENTEJO 2020 - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ALENTEJO 2020</td>
<td>Desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020</td>
<td>Valor reembolsado pela CE</td>
<td>Milhões €</td>
<td>40</td>
<td>71,5</td>
<td>18,0</td>
<td>95,0</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Rácio pagamento programado</td>
<td>%</td>
<td>40</td>
<td>17</td>
<td>7</td>
<td>26</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de execução</td>
<td>%</td>
<td>20</td>
<td>6</td>
<td>1</td>
<td>10</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Gabinete de Comunicação**

Em termos de perspectiva estratégica, o Gabinete de Comunicação pretende assegurar a divulgação das actividades desenvolvidas pela CCDRA e Alentejo 2020, colmatando o desconhecimento que subsiste sobre a dimensão e o impacto das políticas no dia-a-dia dos cidadãos.

No que se refere especificamente ao Alentejo 2020, pretende-se igualmente assegurar a elevação do conhecimento e valorização do papel da União Europeia enquanto fonte de financiamento das intervenções operacionais, a demonstração do esforço de investimento nacional que acompanha os financiamentos das intervenções, o (re)conhecimento por parte dos cidadãos do papel dos FEEI no desenvolvimento da Região e a importância das intervenções para os cidadãos, gerando uma percepção positiva da população em relação aos FEEI e à União Europeia.

Pretende-se designadamente:

- Alcançar uma ampla disseminação das oportunidades e das condições de financiamento disponibilizadas pelo Alentejo 2020;

- Valorizar a transparência como um atributo efectivo e reconhecido da gestão do Alentejo 2020.
## Gabinete de Comunicação - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidade</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Acções de Informação e divulgação da CCDRA</td>
<td>Nº de Notas/Comunicados de Imprensa Divulgados</td>
<td>Nº</td>
<td>40</td>
<td>70</td>
<td>5</td>
<td>80</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº de Noticias relacionadas com as notas/comunicados de Imprensa publicados na comunicação social nacional</td>
<td>Nº</td>
<td>30</td>
<td>15</td>
<td>5</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Nº de Noticias relacionadas com as notas/comunicados de Imprensa publicados na comunicação social regional</td>
<td>Nº</td>
<td>30</td>
<td>200</td>
<td>10</td>
<td>225</td>
</tr>
<tr>
<td>GABC</td>
<td>Acções de Informação e divulgação do Alentejo 2020</td>
<td>Eventos anunciados</td>
<td>N.º</td>
<td>40</td>
<td>10</td>
<td>2</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Newsletter Alentejo 2020 emitidas</td>
<td>N.º</td>
<td>30</td>
<td>12</td>
<td>2</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Publicitação nos órgãos de comunicação social</td>
<td>N.º</td>
<td>30</td>
<td>15</td>
<td>2</td>
<td>18</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Actualização do website do Alentejo 2020</td>
<td>Visitantes ao website do Alentejo 2020</td>
<td>N.º</td>
<td>100</td>
<td>120000</td>
<td>2500</td>
<td>125000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Elaboração de Revista de Imprensa</td>
<td>Prazo de divulgação</td>
<td>horas</td>
<td>100</td>
<td>3,5</td>
<td>0,5</td>
<td>2</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Unidade Controlo Interno e Auditoria**


A UCIA encontra-se a realizar a monitorização do mesmo Plano e o respectivo relatório, para que a CCDR cumpra o disposto na referida Recomendação nº 1/2009 do CPC e no Plano de Actividades de 2016.

A Presidência da CCDR Alentejo, a par das instituições nacionais e europeias, entende ser fundamental a prevenção da corrupção e de infracções conexas, devendo cada serviço público internamente esforçar-se por realizar a sua parte. Para o efeito entende que os serviços devem implantar medidas persuasivas de actuações conformes à lei.


Nestes termos, pretende-se para 2017 o seguinte:

- Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas CCDR/Programa Operacional Regional ALENTEJO2020;
- Realização de auditoria interna e relatório à cobrança de taxa no âmbito do procedimento de avaliação de Impacto Ambiental na CCDR.
## Unidade Controlo Interno e Auditoria - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>UCIA</td>
<td>Auditoria da verificação da cobrança de taxas no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental</td>
<td>Prazo para realização do relatório final</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>304</td>
<td>15</td>
<td>275</td>
</tr>
<tr>
<td>UCIA</td>
<td>Prevenção de Corrupção e Infracções conexas</td>
<td>Prazo para a realização do relatório final</td>
<td>dias</td>
<td>60</td>
<td>360</td>
<td>5</td>
<td>330</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo para o envio das fichas de monitorização</td>
<td>dias</td>
<td>40</td>
<td>304</td>
<td>16</td>
<td>270</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Gabinete de Incentivos à Comunicação Social**

Relativamente ao ano de 2017, O GICS prevê analisar as candidaturas apresentadas ao regimes de incentivos do Estado à comunicação social e propor a sua aprovação à Presidência da CCDRAlentejo, bem como analisar os respectivos documentos de despesa apresentados pelos operadores postais e pelas entidades requerentes, mas também iniciar um programa de acções de fiscalização com vista à verificação da regularidade da execução dos projectos aprovados.

Prevê ainda realizar acções de sensibilização/formação com os potenciais beneficiários destes regimes de incentivos, de forma a tentar minimizar as dificuldades que as entidades por vezes sentem ao candidatarem-se aos programas de financiamento.

Pretende garantir que todos os órgãos de comunicação social (OCS) desta região tenham conhecimento destes regimes de incentivos e que as medidas respeitantes à sua aplicação são executadas por esta CCDR. Para alcançar este propósito o GICS continuará a efectuar visitas presenciais a todos os órgãos de Comunicação Social (OCS) desta região, bem como propõe em 2017 a realização de um Forum Regional alargado a todos os intervenientes da comunicação social.

Continuará também a promover a apresentação e divulgação dos diferentes projectos desenvolvidos pelos OCS da Região Alentejo, no âmbito do Regime de Incentivo do Estado à Comunicação Social (RIECS), em diferentes fóruns nacionais e internacionais.

Por fim pretende actualizar o mapeamento dos OCS da Região e aumentar o número de entidades com candidaturas aprovadas ao Regime de Incentivo à Leitura e manter o nível de candidaturas admitidas em 2016 ao RIECS.
### Gabinete de Incentivos à Comunicação Social - Actividades e Indicadores

<table>
<thead>
<tr>
<th>uo</th>
<th>Actividade</th>
<th>Indicadores</th>
<th>Unidade</th>
<th>Peso</th>
<th>Meta</th>
<th>Tolerância</th>
<th>Ponto Crítico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Regime de Incentivo do Estado à Comunicação Social</td>
<td>Acções realizadas</td>
<td>Nº</td>
<td>100</td>
<td>15</td>
<td>5</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social – Incentivos Directos</td>
<td>Acções de fiscalização realizadas</td>
<td>Nº</td>
<td>25</td>
<td>15</td>
<td>5</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Prazo de análise das candidaturas</td>
<td>dias</td>
<td>50</td>
<td>168</td>
<td>2</td>
<td>128</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Taxa de análise dos pedidos de pagamento</td>
<td>%</td>
<td>25</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td>GICS</td>
<td>Regime de Incentivos do Estado à Leitura de Publicações Periódicas – Porte Pago</td>
<td>Grau de execução do programa de financiamento</td>
<td>%</td>
<td>100</td>
<td>90</td>
<td>5</td>
<td>100</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social</td>
<td>Prazo para a realização do Forum</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>151</td>
<td>30</td>
<td>120</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Relatório Anual de Execução dos Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social de âmbito regional e local de 2016</td>
<td>Prazo de elaboração do Relatório</td>
<td>dias</td>
<td>100</td>
<td>87</td>
<td>3</td>
<td>74</td>
</tr>
</tbody>
</table>
**Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais**

O Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais é uma Unidade de Missão prevista no modelo de governação do PORTUGAL 2020 que foi criada na CCDR Alentejo no ano de 2016.

Esta unidade tem um vasto conjunto de competências, sendo no entanto prioritário para 2017 assegurar a sua consolidação operativa no seio da CCDR e, enquanto estrutura vocacionada para acompanhar o desenvolvimento económico, social e territorial do Alentejo, assegurar a monitorização das políticas públicas, nacionais e regionais, com impactos no Alentejo, particularmente as decorrentes dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 e dos instrumentos de programação dos fundos comunitários FEADER e FEAMP.

Ainda neste âmbito, assumindo-se a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) como uma componente fundamental da estratégia de desenvolvimento regional com vista a melhorar a competitividade e a internacionalização da economia, com base nas vantagens competitivas diferenciadoras e nas capacidades e competências do Sistema Científico Regional, a sua dinamização e monitorização quantitativa e qualitativa são componentes essenciais para alcançar os resultados esperados, num quadro complexo de objectivos e de grande diversidade de participação de actores públicos e privados, com níveis de interesse e de envolvimento por vezes distintos.
<table>
<thead>
<tr>
<th>Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais - Actividades e Indicadores</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>uo</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>OADR</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
7.3 RECURSOS HUMANOS

O último ano caracteriza-se por uma tendência de estabilização dos recursos humanos, prevendo-se a manutenção do número de 188 colaboradores para 2017.

<table>
<thead>
<tr>
<th>ÁREA OPERACIONAL</th>
<th>CARREIRA</th>
<th>Recursos Humanos CCDRA</th>
<th>% UO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Dirigente Superior de I Grau</td>
<td>1</td>
<td>0,5</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Dirigente Superior de II Grau</td>
<td>3</td>
<td>1,6</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Dirigente Intermédio de I Grau</td>
<td>5</td>
<td>2,7</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Dirigente Intermédio de II Grau</td>
<td>12</td>
<td>6,4</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Secretário Técnico</td>
<td>3</td>
<td>1,6</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Vogal Executivo</td>
<td>2</td>
<td>1,1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Coordenador</td>
<td>4</td>
<td>2,1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Técnico Superior</td>
<td>95</td>
<td>50,5</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Especialista de Informática</td>
<td>2</td>
<td>1,1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>TOTAL EFECTIVOS ÁREA OPERACIONAL</strong></td>
<td><strong>127</strong></td>
<td><strong>67,6</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Coordenador Técnico</td>
<td>2</td>
<td>1,1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Assistente Técnico</td>
<td>40</td>
<td>21,3</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Técnico de Informática</td>
<td>4</td>
<td>2,1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Vigilantes da Natureza</td>
<td>4</td>
<td>2,1</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Assistente Operacional</td>
<td>11</td>
<td>5,9</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>TOTAL EFECTIVOS ÁREA SUPORTE</strong></td>
<td><strong>61</strong></td>
<td><strong>32,4</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| TOTAL DE EFECTIVOS | **188** | **100,0** |

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>Recursos Humanos</th>
<th>% UO</th>
<th>% CCDRA</th>
<th>Recursos Humanos</th>
<th>% UO</th>
<th>% CCDRA</th>
<th>Recursos Humanos</th>
<th>% UO</th>
<th>% CCDRA</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>PRE</td>
<td>3</td>
<td>37,5</td>
<td>2,4</td>
<td>5</td>
<td>62,5</td>
<td>8,2</td>
<td>8</td>
<td>4,3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSDR</td>
<td>11</td>
<td>73,3</td>
<td>8,7</td>
<td>4</td>
<td>26,7</td>
<td>6,6</td>
<td>15</td>
<td>8,0</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>12</td>
<td>92,3</td>
<td>9,4</td>
<td>1</td>
<td>7,7</td>
<td>1,6</td>
<td>13</td>
<td>6,9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSAJAL</td>
<td>7</td>
<td>77,8</td>
<td>5,5</td>
<td>2</td>
<td>22,2</td>
<td>3,3</td>
<td>9</td>
<td>4,8</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DCI</td>
<td>4</td>
<td>80,0</td>
<td>3,1</td>
<td>1</td>
<td>20,0</td>
<td>1,6</td>
<td>5</td>
<td>2,7</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSA</td>
<td>10</td>
<td>90,9</td>
<td>7,9</td>
<td>1</td>
<td>9,1</td>
<td>1,6</td>
<td>11</td>
<td>5,9</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSF</td>
<td>1</td>
<td>33,3</td>
<td>0,8</td>
<td>2</td>
<td>66,7</td>
<td>3,3</td>
<td>3</td>
<td>1,6</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DSCGAF</td>
<td>11</td>
<td>31,4</td>
<td>8,7</td>
<td>24</td>
<td>68,6</td>
<td>39,3</td>
<td>35</td>
<td>18,6</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>UCIA</td>
<td>2</td>
<td>0,0</td>
<td>1,6</td>
<td>0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>2</td>
<td>1,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Alentejo2020</strong></td>
<td><strong>47</strong></td>
<td><strong>90,4</strong></td>
<td><strong>37,0</strong></td>
<td><strong>5</strong></td>
<td><strong>9,6</strong></td>
<td><strong>8,2</strong></td>
<td><strong>52</strong></td>
<td><strong>27,7</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SSP</td>
<td>3</td>
<td>30,0</td>
<td>2,4</td>
<td>7</td>
<td>70,0</td>
<td>11,5</td>
<td>10</td>
<td>5,3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SSL</td>
<td>2</td>
<td>50,0</td>
<td>1,6</td>
<td>2</td>
<td>50,0</td>
<td>3,3</td>
<td>4</td>
<td>2,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>SSB</td>
<td>5</td>
<td>50,0</td>
<td>3,9</td>
<td>5</td>
<td>50,0</td>
<td>8,2</td>
<td>10</td>
<td>5,3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>GABC</td>
<td>1</td>
<td>0,0</td>
<td>0,8</td>
<td>1</td>
<td>0,0</td>
<td>1,6</td>
<td>2</td>
<td>1,1</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>GICS</td>
<td>3</td>
<td>100,0</td>
<td>2,4</td>
<td>0</td>
<td>0,0</td>
<td>0,0</td>
<td>3</td>
<td>1,6</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>OADR</td>
<td>5</td>
<td>83,3</td>
<td>3,9</td>
<td>1</td>
<td>16,7</td>
<td>1,6</td>
<td>6</td>
<td>3,2</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td><strong>127</strong></td>
<td><strong>67,6</strong></td>
<td><strong>61</strong></td>
<td><strong>32,4</strong></td>
<td><strong>188</strong></td>
<td><strong>100,0</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
### 7.4 RECURSOS FINANCEIROS

<table>
<thead>
<tr>
<th>RECEITA</th>
<th>DESPESA</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Orçamento de Funcionamento</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Transferências do Orçamento de Estado</td>
<td>Remunerações certas e permanentes 3088358</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas Comunitárias</td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais 24500</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas Próprias</td>
<td>Segurança Social 707000</td>
</tr>
<tr>
<td>1.</td>
<td>Aquisição de bens 26050</td>
</tr>
<tr>
<td>2.</td>
<td>Aquisição de serviços 260325</td>
</tr>
<tr>
<td>3.</td>
<td>Transferências correntes 17500</td>
</tr>
<tr>
<td>4.</td>
<td>Outras despesas correntes-Reserva 26125</td>
</tr>
<tr>
<td>5.</td>
<td>Aquisição de bens de capital 4000</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>Sub-Total</strong> 4153858</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Orçamento PIDDAC “IDEALENTEJO”-(Inovação, Desenvolvimento e Eficácia na CCDR Alentejo)</strong></td>
<td><strong>IDEALENTEJO”-(Inovação, Desenvolvimento e Eficácia na CCDR Alentejo)</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento do Estado</td>
<td>Remunerações certas e permanentes 0</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas Comunitárias</td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais 500</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de bens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de serviços 60000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Outras despesas correntes</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de bens de capital 67308</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>Sub-Total</strong> 127808</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>IDE’Alentejo - Sistema de Gestão da Qualidade</strong></td>
<td><strong>IDE’Alentejo - Sistema de Gestão da Qualidade</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento do Estado</td>
<td>Remunerações certas e permanentes 250</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas Comunitárias</td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais 1400</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de bens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de serviços 54331</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Outras despesas correntes</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de bens de capital 2000</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>Sub-Total</strong> 504151</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>GIT EUROACE 2020</strong></td>
<td><strong>GIT EUROACE 2020</strong></td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento do Estado</td>
<td>Remunerações certas e permanentes</td>
</tr>
<tr>
<td>Receitas Comunitárias</td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais 1400</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de bens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de serviços 54331</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Aquisição de bens de capital 2000</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>Sub-Total</strong> 58231</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>GIT EURAAA 2020</strong></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Orçamento do Estado</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Plano de Actividades 2017
<table>
<thead>
<tr>
<th>Receitas Comunitárias</th>
<th>41978</th>
<th>Remunerações certas e permanentes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1400</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de serviços</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>52071</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens de capital</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>2000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>55971</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

PROJETO A CANDIDATAR

<table>
<thead>
<tr>
<th>Orçamento do Estado</th>
<th>7500</th>
<th>Remunerações certas e permanentes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Receitas Comunitárias</td>
<td>7500</td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>500</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de serviços</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>4500</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens de capital</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>10000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>15000</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Assistência Técnica do Programa Interreg V-2014/2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Orçamento do Estado</th>
<th>11875</th>
<th>Remunerações certas e permanentes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Receitas Comunitárias</td>
<td>35625</td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>9000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de serviços</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>36250</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens de capital</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>750</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>47500</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Assistência Técnica ao Programa Operacional Regional do Alentejo - Alentejo 2020

<table>
<thead>
<tr>
<th>Orçamento do Estado</th>
<th>434450</th>
<th>Remunerações certas e permanentes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Receitas Comunitárias</td>
<td>2461884</td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>417000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de serviços</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>515134</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens de capital</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>100000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>2896334</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Projeto iFAMA

<table>
<thead>
<tr>
<th>Orçamento do Estado</th>
<th>7500</th>
<th>Remunerações certas e permanentes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Receitas Comunitárias</td>
<td>42500</td>
<td>Abonos variáveis ou eventuais</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Segurança Social</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>50000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de serviços</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>50000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Aquisição de bens de capital</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Sub-Total</strong></td>
<td><strong>50000</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Total PIDDAC

<p>| | | |</p>
<table>
<thead>
<tr>
<th></th>
<th></th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td><strong>3754995</strong></td>
<td><strong>3754995</strong></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Total Geral</td>
<td><strong>7908853</strong></td>
<td><strong>7908853</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>
No que respeita ao orçamento de funcionamento, tem sido possível assegurar quer, as despesas com remunerações e outros abonos, quer as despesas gerais, pese embora as pequenas reduções orçamentais aplicadas à CCDRA.
8 PLANO DE FORMAÇÃO 2017

O Plano de Formação 2017 tem como base o apuramento das acções mais escolhidas no Levantamento de Necessidades Formativas para 2017 e irá ter em conta a melhoria de desempenho individual através da consolidação de conhecimentos nas áreas da informática, gestão pública e segurança, higiene e saúde.

**PLANO DE FORMAÇÃO CCDR ALENTEJO 2017**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Temáticas</th>
<th>Designação da Acção</th>
<th>Objectivos</th>
<th>Datas Previstas</th>
<th>Horas de Formação</th>
<th>Nº de Participantes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Protocolo na Administração Pública</td>
<td>“Temas avançados de Protocolo e Cerimonial na Gestão de Eventos Institucionais”</td>
<td>Dar continuidade e aprofundar os conhecimentos do curso “Cerimonial e Protocolo na Administração Pública” que decorreu na CCDRA em 2016</td>
<td>1º trimestre de 2017</td>
<td>14</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Administração Pública</td>
<td>“Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente”</td>
<td>Dar a conhecer um portal que permite uma comunicação interna mais eficaz e eficiente entre os trabalhadores, os dirigentes e os serviços, possibilitando uma melhor partilha de conhecimento.</td>
<td>1º trimestre de 2017</td>
<td>24</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Finanças Públicas</td>
<td>“Orçamento de Estado”</td>
<td>Dar a conhecer alguns aspectos relevantes do Orçamento de Estado 2017</td>
<td>1º trimestre de 2017</td>
<td>24</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Segurança</td>
<td>“Implementação de um Plano de Emergência Interna”</td>
<td>Dar a conhecer aos trabalhadores da CCDRA a utilidade da existência de um Plano de Emergência Interna</td>
<td>2º trimestre de 2017</td>
<td>24 horas</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Qualidade</td>
<td>“Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)”</td>
<td>Dotar os participantes de conhecimentos na área da qualidade e da norma 9001:2015</td>
<td>2º trimestre de 2017</td>
<td>24 horas</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Auditoria da Qualidade</td>
<td>“Formação de Auditores Internos em SGQ”</td>
<td>Dotar os participantes de conhecimentos na área da formação de auditores internos em qualidade</td>
<td>2º trimestre de 2017</td>
<td>24 horas</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Finanças Públicas</td>
<td>“Auxílios de Estado”</td>
<td>Dar a conhecer aos formandos os auxílios de Estado que existem</td>
<td>2º trimestre de 2017</td>
<td>24 horas</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Contratos Públicos</td>
<td>“Código dos Contratos Públicos”</td>
<td>Dotar os participantes de conhecimentos na área do CCP</td>
<td>3º trimestre de 2017</td>
<td>24 horas</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
</tbody>
</table>
### ÁREAS E OBJETIVOS DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

**“Temas Avançados de Protocolo e Cerimonial na Gestão de Eventos Institucionais”**

**Objectivo** – O curso, apresentando-se como uma segunda fase do curso “Cerimonial e Protocolo na Administração Pública”, pretende dar continuidade e aprofundar os conhecimentos adquiridos no primeiro curso realizado na CCDRA em 2016.

**“Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente”**

**Objectivo** – Este curso pretende dar a conhecer um portal que permite uma comunicação interna mais eficaz e eficiente entre os trabalhadores, os dirigentes e os serviços, possibilitando uma melhor partilha do conhecimento.

**“Orçamento de Estado”**

**Objectivo** – Este curso pretende dar a conhecer alguns aspectos relevantes do Orçamento de Estado 2017.

**“Implementação de um Plano de Emergência Interna”**

**Objectivo** – Este curso pretende dar a conhecer aos trabalhadores da CCDRA a utilidade da existência de um Plano de Emergência Interna.

### Tabela de Temáticas

<table>
<thead>
<tr>
<th>Temáticas</th>
<th>Designação da Acção</th>
<th>Objectivos</th>
<th>datas Previdas</th>
<th>Horas de Formação</th>
<th>Nº de Participantes</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Finanças Públicas</td>
<td>“Análise Custo-benefício”</td>
<td>Dar aos formandos um conjunto de noções e conhecimentos indispensáveis para o trabalhador no que concerne a área de Custo-benefício</td>
<td>3º trimestre</td>
<td>24 horas</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Auditoria</td>
<td>“Auditoria e Controlo Interno (na Administração Pública)”</td>
<td>Dotar os formandos de conhecimentos indispensáveis par o trabalhador no que concerne a área de Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública</td>
<td>3º Trimestre</td>
<td>24 horas</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
<tr>
<td>Estatística</td>
<td>“Amostragem Estatísticas”</td>
<td>Dotar os formandos de conhecimentos de amostragem estatísticas</td>
<td>3º trimestre</td>
<td>24 horas</td>
<td>16 a 20</td>
</tr>
</tbody>
</table>
“Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)


“Formação de Auditores Internos em SGQ”

Objectivo – Dotar os participantes de conhecimentos na área da formação de auditores internos em qualidade.

“Auxílios de Estado

Objectivo – Dar a conhecer aos formandos os auxílios de Estado que existem.

“Código dos Contratos Públicos

Objectivo – Dotar os participantes de conhecimentos na área do CCP

Análise Custo-benefício

Objectivo - O curso tem como objectivo dar aos formandos um conjunto de noções e conhecimentos indispensáveis para o trabalhador no que concerne a área de Custo-benefício.

Auditoria e Controlo Interno (na Administração Pública)

Objectivo - O curso tem como objectivo dotar os formandos de conhecimentos indispensáveis para o trabalhador no que concerne a área de Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública

Amostragem Estatísticas

Objectivo - O curso tem como objectivo dotar os formandos de conhecimentos de amostragem estatísticas.
9 MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVAS

Medidas a implementar da responsabilidade da DSCGAF:

O aumento da eficiência no funcionamento interno dos serviços da CCDRAlentejo, por via da optimização na utilização de recursos e infra-estruturas associadas a novos modelos organizativos e/ou processuais, e melhoria dos níveis de cooperação e articulação interserviços é um dos grandes objectivos da organização no âmbito do processo de modernização administrativa a que se pretende dar continuidade em 2017. Os esforços da modernização administrativa, visando potenciar os mecanismos internos com sistemas mais eficientes e eficazes, melhorando significativamente todo o processo de gestão interna compreende a implementação das seguintes medidas:

1) Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental, mais simples e funcional que incorpore novas valências e que apresente menores custos de manutenção;

2) Implementação de Sistema de Gestão da Qualidade, e posterior Certificação pela norma ISO 9001:2015, com o objectivo de melhorar a gestão de processos e distinguir a CCDRA dos demais organismos congéneres;

3) Implementação do Portal do Trabalhador/Dirigente, que permitirá aceder à informação respeitante a cada um dos trabalhadores e dirigentes e gerir vários processos, visando também a desmaterialização;

4) Implementação generalizada a todos os dirigentes, da assinatura digital, que permitirá a sua efectivação, sem necessidade de recurso ao papel; (medida também promotora de desmaterialização)

5) Elaboração da Portaria de Gestão Documental, aplicável às 5 CCDR’s, que garantirá uma maior eficácia na gestão dos documentos, permitindo uma melhor gestão do arquivo.

1 Medidas a implementar relativas a: Modernização Administrativa, Desburocratização, Qualidade, Inovação e cumprimento do nº1 do artº 2º do DL nº 74/2014 de 13 de Maio
Poupança prevista associada às medidas enunciadas:

1) O actual sistema de gestão documental será gerador de custos na ordem dos 15000/20000 euros/ano, custos reseptantes à assistência técnica do sistema e à constante necessidade de implementação de melhorias, pese embora não estejam a ser assumidos, porquanto se prevê a substituição do sistema não se justificando investimentos no actual SGD. O futuro sistema de gestão documental é gerador de custos anuais na ordem dos 5000 euros;

2) Naturalmente que a implementação do sistema de certificação trará, em primeiro lugar, um crédito global ao organismo derivado da sua “distinção” pelo selo da qualidade. Assim, pese embora a dificuldade em apurar um valor de poupança pela sua implementação, prevê-se a redução de custos gerais de funcionamento, derivados da melhoria da eficiência e eficácia na tramitação interna dos processos;

3) Trata-se de uma plataforma de acesso aos processos dos trabalhadores permitindo a eliminação da utilização de papel;

4) Com a assinatura digital generalizada a todos os dirigentes, evitam-se impressões desnecessárias e uma poupança relevante em papel.

5) Esta Portaria além de uma melhor gestão no âmbito dos documentos, evita as massas acumuladas, prevendo assim uma poupança em armários e estantes e libertação de uma área significativa (prevê-se 1/3 do total da área actual ocupada pelo arquivo geral).

Medidas a implementar da responsabilidade do GICS:

O GICS contacta com os potenciais beneficiários dos regimes de incentivos por via electrónica, disponibiliza os conteúdos informativos on line e recebe as candidaturas aos dois regimes em suporte digital.

O facto do GICS efectuar visitas presenciais junto dos Órgãos de Comunicação Social leva-os a considerarem interessante e “novo” que os serviços da administração, venham ter com os interlocutores.

Poupança prevista associada às medidas enunciadas:

Essencialmente poupança de papel e gastos de correio.
Medida a implementar da responsabilidade da DSAJAL:

No âmbito do apoio técnico à administração local, a DSAJAL propõe que a remessa dos pareceres e entendimentos emitidos se processe por correio electrónico.

Poupança prevista associada a esta medida:

Poupança dos gastos do envio postal e maior celeridade nos prazos de resposta.

Medidas a implementar da responsabilidade da DCI:

No que se refere à gestão e acompanhamento do Programa INTERREG V-A de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020, está prevista a desmaterialização de procedimentos, baseada no recurso à plataforma COOPERA 2020 para a gestão integral dos processos de auditoria de 1º nível relativa à execução financeira dos projectos com beneficiários da Região Alentejo.

Ainda neste contexto estão criadas condições para a simplificação administrativa no que respeita à apresentação de custos administrativos e gerais com a introdução de um mecanismo de custos simplificados que reduz drasticamente o recurso a suporte físicos, entre outros, associados à verificação das despesas.

A esta situação associa-se, de forma cumulativa uma importante desburocratização, inovação e simplificação ao nível dos processos, na consideração de que os valores orçamentados para aquelas despesas estão indexados aos custos com pessoal, dispensando custos de materiais, reduzindo tempo e aumentando substancialmente a eficiência dos serviços.

Preconizar-se-á o incremento da utilização de meios informáticos na comunicação e tratamento de informação inerente à actividade da DCI, designadamente o recurso a vídeo-conferência para tratamento de questões e assuntos que dispensem uma abordagem presencial.

Poupança prevista associada às medidas enunciadas:

No quadro da desmaterialização de processos, as associadas à redução em gastos de papel, consumíveis e desgaste de equipamentos informáticos e, nos custos simplificados, as
anteriores, cumulativamente com redução de tempo para a execução das tarefas de recolha e tratamento documental e na fase posterior da respectiva verificação; no quadro do recurso a videoconferência, atendendo a que a actividade da DCI se desenvolve maioritariamente em cooperação num plano internacional, as despesas inerentes poderão ser bastante reduzidas, sempre que o assunto o possibilite e não determine uma redução de qualidade ou de efeitos ao nível da representação.
10 PUBLICIDADE

Publicidade Institucional para 2017

Unidade Orgânica: DSGAF/DF

Todas as despesas a efectuar em 2017 relacionadas com publicidade respeitam à rubrica 02.02.17 - Publicidade dos Orçamentos de Actividades e Projectos e mantêm a estrutura habitual dos anos anteriores ou seja:

- Publicidade relacionada com o Programa Operacional Regional do Alentejo - Alentejo 2020, em conformidade com o documento da Estratégia de Comunicação aprovado no âmbito do Alentejo 2020;

- Publicidade no âmbito da cooperação transfronteiriça relacionadas com promoção/eventos, sobretudo do trabalho dos GIT’s nas áreas de referência Alentejo/Centro/Estremadura e Alentejo/Algarve/Andaluzia bem como no âmbito da Assistência Técnica do INTERREG V-A para comunicação de acções do P.O. (avisos, projectos aprovados, etc);

- Publicidade relacionada com consultas públicas em matéria de avaliação de impacte ambiental para publicação em jornais nacionais REGIONais que em fase de análise processual tem obrigatoriedade de publicação decorrente de normativo legal.


Pretende-se em 2017 assegurar que: as oportunidades de financiamento a disponibilizar pelo ALENTEJO 2020 e todo o conjunto de condições associadas à sua materialização sejam conhecidas e compreendidas pela generalidade dos potenciais promotores; o reconhecimento pelos diferentes públicos da disponibilidade e capacidade do Programa Operacional para fornecer informação e apoio adequados à satisfação das suas necessidades; todos os atos relacionados com a gestão do Programa são praticados e devidamente publicitados em consonância com as regras aplicáveis e de acordo com procedimentos claros, conhecidos e previsíveis para todas as partes interessadas; o Programa é reconhecido pela população residente na região do Alentejo e que esta consegue identificar projetos concretos que beneficiam e/ou beneficiaram do seu apoio; a ação da União Europeia em prol do
desenvolvimento da região do Alentejo através do co-financiamento de projectos é conhecida e reconhecida pela população em geral.
### 11 SIGLAS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Siglas</th>
<th>Entidades</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DAA</td>
<td>Divisão de Avaliação Ambiental</td>
</tr>
<tr>
<td>DAJ</td>
<td>Divisão de Apoio Jurídico</td>
</tr>
<tr>
<td>DCIR</td>
<td>Divisão de Cooperação Inter-regional</td>
</tr>
<tr>
<td>DFLM</td>
<td>Divisão de Finanças Locais e Modernização</td>
</tr>
<tr>
<td>DGFP</td>
<td>Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial</td>
</tr>
<tr>
<td>DGPP</td>
<td>Divisão de Gestão de Programas e Projectos</td>
</tr>
<tr>
<td>DGRHAG</td>
<td>Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio Geral</td>
</tr>
<tr>
<td>DGT</td>
<td>Divisão de Gestão Territorial</td>
</tr>
<tr>
<td>DII</td>
<td>Divisão de Gestão de Informação e Informática</td>
</tr>
<tr>
<td>DLMA</td>
<td>Divisão de Licenciamento e Monitorização Ambiental</td>
</tr>
<tr>
<td>DOET</td>
<td>Divisão do Ordenamento e Estratégia Territorial</td>
</tr>
<tr>
<td>DPPCR</td>
<td>Divisão de Prospectiva Planeamento e Competitividade Regional</td>
</tr>
<tr>
<td>DSA</td>
<td>Direcção de Serviços de Ambiente</td>
</tr>
<tr>
<td>DSAJAL</td>
<td>Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local</td>
</tr>
<tr>
<td>DSCGAF</td>
<td>Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira</td>
</tr>
<tr>
<td>DSDR</td>
<td>Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional</td>
</tr>
<tr>
<td>DSF</td>
<td>Direcção de Serviços de Fiscalização</td>
</tr>
<tr>
<td>DSOT</td>
<td>Direcção de Serviços de Ordenamento do Território</td>
</tr>
<tr>
<td>PO ALENTEJO 2020</td>
<td>Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020</td>
</tr>
<tr>
<td>QCA III</td>
<td>Quadro Comunitário de Apoio III</td>
</tr>
<tr>
<td>SSR Beja</td>
<td>Serviço Sub-Regional de Beja</td>
</tr>
<tr>
<td>SSR Litoral</td>
<td>Direcção de Serviços do Litoral</td>
</tr>
<tr>
<td>SSR Portalegre</td>
<td>Serviço Sub-Regional de Portalegre</td>
</tr>
</tbody>
</table>
ANEXO 1 - FICHAS DE INDICADOR DO QUAR
### Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>OADR</th>
<th>Ano</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Designação do indicador</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Prazo de entrega de relatório anual</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Objetivo</strong></td>
<td>Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Parâmetro</strong></td>
<td>Eficácia</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fórmula de cálculo</strong></td>
<td>Contagem em dias consecutivos</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tipo de Indicador</strong></td>
<td>negativo Unidades nº de dias</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Meta</strong></th>
<th>2015 2016 T1 2T 3T 4T</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Considerando o contexto em que se prevê que de irá desenvolver a dinamização e monitorização da Estratégia Regional de Especialização e a flexibilidade dos recursos disponíveis para a execução simultânea de tarefas diversas, decidiu-se definir um intervalo relativamente à meta</td>
<td>90</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Tolerância</strong></th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor prazo possível é o indicado.</td>
<td>7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Valor Crítico</strong></th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>O objectivo tem 2 indicadores, pelo que se decidiu que este, tratando-se da elaboração de um relatório referente ao ano (o outro ao semestre), terá um peso superior ao outro indicador</td>
<td>60</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Peso no objetivo</strong></th>
<th>2017 40%</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sistema de Gestão Documental</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| **Quem mede** | O director de serviços da DSDR que coadjuva o Presidente na coordenação desta UO |

| **Notas Adicionais** | * - A preencher caso haja «histórico» |

---

### Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>OADR</th>
<th>Ano</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Designação do indicador</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Prazo de entrega de relatório semestral</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Objetivo</strong></td>
<td>Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Parâmetro</strong></td>
<td>Eficácia</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fórmula de cálculo</strong></td>
<td>Contagem em dias consecutivos</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tipo de Indicador</strong></td>
<td>negativo Unidades nº de dias</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Meta</strong></th>
<th>2014 2015 2016 T1 2T 3T 4T</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Considerando o contexto em que se prevê que de irá desenvolver a dinamização e monitorização da Estratégia Regional de Especialização e a flexibilidade dos recursos disponíveis para a execução simultânea de tarefas diversas, decidiu-se definir um intervalo relativamente à meta</td>
<td>273</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Tolerância</strong></th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor prazo possível é o indicado.</td>
<td>7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Valor Crítico</strong></th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>O objectivo tem 2 indicadores, pelo que se decidiu que este, tratando-se da elaboração de um relatório referente ao semestre (o outro ao ano), terá um peso inferior ao outro indicador.</td>
<td>242</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th><strong>Peso no objetivo</strong></th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Sistema de Gestão Documental</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

| **Quem mede** | O director de serviços da DSDR que coadjuva o Presidente na coordenação desta UO |

| **Notas Adicionais** | * - A preencher caso haja «histórico» |
### Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>DSOT</th>
<th>Ano</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Designação do indicador</td>
<td>Índice de reuniões de trabalho da equipa técnica</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Objetivo</td>
<td>Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Parâmetro</td>
<td>Eficiência</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fórmula de cálculo</td>
<td>% = \frac{\text{Nº de reuniões participadas}}{\text{nº total de reuniões ocorridas}} \times 100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tipo de Indicador</td>
<td>positivo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Unidades</td>
<td>percentagem(%)</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Justificações

<table>
<thead>
<tr>
<th>2015</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>Tendo em conta os recursos disponíveis e as necessidades, optou-se pela meta indicada</td>
</tr>
<tr>
<td>90</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tolerância</td>
<td>Considerando o contexto em que se prevê que as acções se vão desenvolver e a flexibilidade dos recursos disponíveis para a execução simultânea de tarefas diversas, decidiu-se definir um intervalo relativamente à meta</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Valor Crítico</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis e o número de reuniões em que se irá participar, o valor máximo possível a atingir poderá, na melhor das hipóteses, ser indicado</td>
</tr>
<tr>
<td>100</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Peso no objetivo</td>
<td>O objectivo tem 2 indicadores, pelo que se decidiu que este, tratando-se de um esforço colaborativo técnico, num grupo, terá um peso superior ao outro indicador</td>
</tr>
<tr>
<td>60%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fonte de Verificação</td>
<td>Registos das reuniões, actas, informações</td>
</tr>
<tr>
<td>Quem mede</td>
<td>A directora de serviços da DSOT</td>
</tr>
<tr>
<td>Notas Adicionais</td>
<td>Trata-se da colaboração e apoio ao governo, no âmbito da dinamização e elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* - A preencher caso haja «histórico»

---

### Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>DSOT</th>
<th>Ano</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Designação do indicador</td>
<td>Prazo de entrega do relatório de diagnóstico regional</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Objetivo</td>
<td>Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Parâmetro</td>
<td>Eficiência</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fórmula de cálculo</td>
<td>contagem de dias consecutivos</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tipo de Indicador</td>
<td>negativo</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Unidades</td>
<td>nº de dias</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Justificações

<table>
<thead>
<tr>
<th>2015</th>
<th>2016</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Meta</td>
<td>Tendo em conta os recursos disponíveis e as necessidades, optou-se pela meta indicada</td>
</tr>
<tr>
<td>345</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Tolerância</td>
<td>Considerando o contexto em que se prevê que de irá desenvolver o relatório de diagnóstico regional no âmbito da colaboração na dinamização e elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e a flexibilidade dos recursos disponíveis para a execução simultânea de tarefas diversas, decidiu-se definir um intervalo relativamente à meta</td>
</tr>
<tr>
<td>20</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Valor Crítico</td>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor prazo possível é o indicado</td>
</tr>
<tr>
<td>320</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Peso no objetivo</td>
<td>O objectivo tem 2 indicadores, pelo que se decidiu que este, tratando-se de um relatório de diagnóstico regional, de menor complexidade que o outro, terá um peso inferior relativamente ao outro indicador</td>
</tr>
<tr>
<td>40%</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Fonte de Verificação</td>
<td>Documento que se constitui como o próprio relatório de diagnóstico</td>
</tr>
<tr>
<td>Quem mede</td>
<td>A directora de serviços da DSOT</td>
</tr>
<tr>
<td>Notas Adicionais</td>
<td>Trata-se da elaboração do relatório de diagnóstico regional, no âmbito da colaboração na dinamização e elaboração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)</td>
</tr>
</tbody>
</table>

* - A preencher caso haja «histórico»
## Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>Alentejo 2020</th>
<th>Ano</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Designação do Indicador</strong></td>
<td>Valor reembolsado pela CE</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Objetivo</strong></td>
<td>Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Parâmetro</strong></td>
<td>Eficiência</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fórmula de cálculo</strong></td>
<td>Valor reembolsado pela CE</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tipo de Indicador</strong></td>
<td>positivo</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Unidades</strong></td>
<td>Milhões €</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Ficha de Indicador</strong></td>
<td>2017</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Justificações</strong></td>
<td>2015</td>
<td>2016</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Meta</strong></td>
<td>Trata-se de um indicador homogêneo entre CCDR 71,5</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tolerância</strong></td>
<td>Tomando em conta o valor que se considera como possível de alcançar para a Meta, obtém-se como ponderado definir o valor apontado como tolerância 18,0</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Valor Crítico</strong></td>
<td>Considerando os recursos disponíveis e o número de decisões previstas, o valor máximo possível a atingir poderá, na melhor das hipóteses, chegar ao valor indicado 95,0</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Peso no objetivo</strong></td>
<td>O objectivo tem dois indicadores e consideraram-se ambos de igual importância, pelo que lhes atribuíu peso idêntico 50</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fonte de Verificação</strong></td>
<td>Registos no sistema, registos digitais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Quem mede</strong></td>
<td>Os respectivos secretários técnicos</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* - A preencher caso haja «histórico»

---

## Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>Alentejo 2020</th>
<th>Ano</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Designação do Indicador</strong></td>
<td>Rácio pagamento programado</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Objetivo</strong></td>
<td>Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Parâmetro</strong></td>
<td>Eficiência</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fórmula de cálculo</strong></td>
<td>(Valor da despesa paga do fundo comunitário / Valor do fundo comunitário programado) x 100</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tipo de Indicador</strong></td>
<td>positivo</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Unidades</strong></td>
<td>Percentagem (%)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Justificações</strong></td>
<td>2015</td>
<td>2016</td>
<td>2T</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Meta</strong></td>
<td>Tendo em conta os recursos disponíveis e as necessidades, optou-se pela meta indicada 17</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tolerância</strong></td>
<td>Considerando o contexto em que se prevê que se efectuem os pagamentos de fundo comunitário, face ao fundo comunitário programado e a flexibilidade dos recursos disponíveis para a execução simultânea de outras tarefas, salvaguardados os devidos conflitos de interesses, decidiu-se definir um intervalo relativamente à meta 7</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Valor Crítico</strong></td>
<td>Considerando os recursos disponíveis para análise de despesa e possível pagamento de fundo comunitário, face ao valor do fundo comunitário programado, o valor apresentado é, na melhor das hipóteses, o valor máximo possível a atingir 26</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Peso no objetivo</strong></td>
<td>O objectivo tem dois indicadores e consideraram-se ambos de igual importância, pelo que lhes atribuíu peso idêntico 50</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fonte de Verificação</strong></td>
<td>Registos no sistema, registos digitais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Quem mede</strong></td>
<td>Os respectivos secretários técnicos</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

* - A preencher caso haja «histórico»

---

**Justificações**

Trata-se de um indicador homogêneo entre CCDR. Para o apuramento do valor executado considera-se o valor pago entre 01.01.2017 e 31.12.2017. Para o Valor Programado considera-se o valor previsto na última decisão do POR para igual período. Considerando os recursos disponíveis para análise de despesa e possível pagamento de fundo comunitário, face ao valor do fundo comunitário programado, o valor apresentado é, na melhor das hipóteses, o valor máximo possível a atingir.
### Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>DSAJAL</th>
<th>Ano</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Designação do indicador</strong></td>
<td><em>Percentagem de pedidos de parecer despachados até 30 dias úteis face ao total de pedidos entrados no ano</em></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Objetivo</strong></td>
<td><em>Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</em></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Parâmetro</strong></td>
<td><em>Eficiência</em></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fórmula de cálculo</strong></td>
<td><em>(Nº de pedidos de parecer com resposta até 30 dias úteis (em 2017) / Nº de pedidos de</em></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tipo de Indicador</strong></td>
<td>positivo</td>
<td>Unidades</td>
<td>Percentagem (%)</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fonte de Verificação</strong></td>
<td>Registos no SGD e outros registos digitais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Quem mede</strong></td>
<td>Director de Serviços da Unidade Orgânica (DSAJAL)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Notas Adicionais</strong></td>
<td><em>- A preencher caso haja «histórico»</em></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Justificações</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Meta</strong></td>
<td>Tendo em conta os recursos disponíveis e as necessidades, optou-se pela meta indicada</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tolerância</strong></td>
<td>Considerando o contexto em que se prevê que os pareceres emitidos até 30 dias face ao número de pareceres entrados sejam elaborados e, tendo em conta a flexibilidade dos recursos disponíveis para a execução simultânea de tarefas diversas, decidiu-se definir um intervalo relativamente à meta</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Valor Crítico</strong></td>
<td>Considerando os recursos disponíveis e o número de pareceres a emitir até 30 dias úteis, face ao nº de pedidos de parecer total entrados em 2017, o valor máximo possível a atingir poderá, na melhor das hipóteses, chegar ao valor indicado</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Peso no objeto</strong></td>
<td>O objectivo tem 2 indicadores, pelo que se decidiu que este, tratando-se de um indicador que exige um maior esforço terá um peso superior ao outro indicador</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Justificações**

* - A preencher caso haja «histórico»

### Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>DSAJAL</th>
<th>Ano</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Designação do indicador</strong></td>
<td>Nº de acções de esclarecimento às autarquias locais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Objetivo</strong></td>
<td><em>Optimizar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações</em></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Parâmetro</strong></td>
<td><em>Eficiência</em></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fórmula de cálculo</strong></td>
<td>Contagem do nº de acções</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Tipo de Indicador</strong></td>
<td>positivo</td>
<td>Unidades</td>
<td>nº de acções</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Fonte de Verificação</strong></td>
<td>Registos no SGD e outros registos digitais, programa das sessões</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Quem mede</strong></td>
<td>Director de Serviços da Unidade Orgânica (DSAJAL)</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Notas Adicionais</strong></td>
<td>Trata-se de indicador no âmbito do apoio Técnico às Autarquias Locais e suas associações</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Justificações**

* - A preencher caso haja «histórico»

### Plano de Actividades 2017
### Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>DAS + DSOT</th>
<th>Ano</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

#### Designação do indicador
Taxa de cobertura territorial das ações de sensibilização

#### Objetivo
Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e

#### Parâmetro
Qualidade

#### Fórmula de cálculo
(N.º de municípios abrangidos pelo menos por uma ação/N.º de municípios da respetiva NUTS II) x 10

#### Tipo de Indicador
positivo

#### Unidades
percentagem (%)

<table>
<thead>
<tr>
<th>Meta</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Tendo em conta os recursos disponíveis e as necessidades, optou-se pela meta indicada</td>
<td>75</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tolerância</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Considerando o contexto em que se prevê que as acções se vão desenvolver e a flexibilidade dos recursos disponíveis para a execução simultânea de tarefas diversas, decidiu-se definir um intervalo estimado relativamente à meta</td>
<td>10</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Valor Crítico</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Considerando os recursos disponíveis, o melhor resultado possível, é o indicado, isto é, a abrangência da totalidade de municípios do Alentejo</td>
<td>100</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Peso no objetivo</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>O objectivo tem 2 indicadores. Consideraram-se de grau de dificuldade equivalente, pelo que se lhes atribuiu igual peso</td>
<td>50%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Fonte de Verificação
Ofício de comunicação da acção aos Presidente do Município

#### Quem mede
As directoras de serviços das unidades orgânicas

#### Notas Adicionais
Para o apuramento do número de municípios é considerada a NUTS II de cada CCDR.
Para efeitos de contabilização consideram-se ações de sensibilização: sessões/oficinas/apresentações/jornadas/seminários/formações; individuais ou mistas; que ocorram por iniciativa própria, ou a pedido dos interessados; nas instalações físicas da CCDR ou noutras; que tenham a duração mínima de 1h. Para evitar duplicações, duas iniciativas realizadas num mesmo município são contabilizadas como uma.

* - A preencher caso haja «histórico»

### Ficha de Indicador

<table>
<thead>
<tr>
<th>UO</th>
<th>DAS + DSOT</th>
<th>Ano</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
</table>

#### Designação do indicador
Número de ações de sensibilização sobre matérias de ambiente ou ordenamento do território

#### Objetivo
Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e

#### Parâmetro
Qualidade

#### Fórmula de cálculo
N.º de ações de sensibilização sobre ambiente e/ou N.º de ações de sensibilização sobre ordenamento do território

#### Tipo de Indicador
positivo

#### Unidades
nº de acções

<table>
<thead>
<tr>
<th>Justificações</th>
<th>2015</th>
<th>2016</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Tendo em conta os recursos disponíveis e as necessidades, optou-se pela meta indicada</td>
<td>13</td>
<td>5</td>
<td>7</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Tolerância</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Considerando o contexto em que se prevê que as acções se vão desenvolver e a flexibilidade dos recursos disponíveis para a execução simultânea de tarefas diversas, decidiu-se definir um intervalo estimado, relativamente à meta</td>
<td>2</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Valor Crítico</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Considerando a natureza da matéria em causa e os recursos disponíveis, o número máximo possível de sessões será o indicado</td>
<td>10</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Peso no objetivo</th>
<th>2017</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>O objectivo tem 2 indicadores. Consideraram-se de grau de dificuldade equivalente, pelo que se lhes atribuiu igual peso</td>
<td>50%</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Fonte de Verificação
Ofício de comunicação da acção aos Presidente do Município

#### Quem mede
As directoras de serviços das unidades orgânicas

#### Notas Adicionais
Para efeitos de contabilização consideram-se ações de sensibilização: sessões/oficinas/apresentações/jornadas/seminários/formações; individuais ou mistas; que ocorram por iniciativa própria, ou a pedido dos interessados; nas instalações físicas da CCDR ou noutras; que tenham a duração mínima de 1h. Para evitar duplicações, duas iniciativas realizadas num mesmo município são contabilizadas como uma.

* - A preencher caso haja «histórico»

* - O Histórico de 2016 refere-se à 3ª monitorização. A meta prevista para 2016 é de 4 com tolerância de 1
ANEXO 2 – MAPA DE RECURSOS HUMANOS APROVADO
Secretariado Técnico da Estrutura de Missão do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 (Alentejo 2020)

MAPA DE PESSOAL 2017

<table>
<thead>
<tr>
<th>Diploma Legal</th>
<th>Estrutura de Missão</th>
<th>Competências</th>
<th>Mapa VII da RCM 73-B/2014, de 11 de dezembro</th>
<th>Nº de postos de trabalho</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>DL 137/2014, 12 set</td>
<td>Secretariado Técnico</td>
<td>Artº 29º do DL 137/2014, de 12 set</td>
<td>3</td>
<td>4</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Joaquim Roberto Pereira Grilo

Digitally signed by Joaquim Roberto Pereira Grilo
DN: c=PT, o=Presidência do Conselho de Ministros, ou=Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, cn=Joaquim Roberto Pereira Grilo
Date: 2016.08.19 17:18:04 +01'00'

Homologo,

Nelson de Souza
Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão

Data: 2016.08.19 17:18:04 +01'00'
### Mapa de Pessoal para 2017 - CCDR Alentejo

#### MAPA RESUMO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Cargo/Carreira/Categoria</th>
<th>N.º de postos de trabalho</th>
<th>Observações</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Director-Geral</td>
<td>1</td>
<td>Decreto-Lei nº 228/2012 de 25 de outubro</td>
</tr>
<tr>
<td>Subdirector-Geral</td>
<td>2</td>
<td>Decreto-Lei nº 228/2012 de 25 de outubro</td>
</tr>
<tr>
<td>Director de serviços</td>
<td>5</td>
<td>Dec-Lei nº 228/2012 de 25 de outubro e Portaria nº 528/2007, de 30 de Abril</td>
</tr>
<tr>
<td>Chefe da divisão</td>
<td>12</td>
<td>Portaria nº 599/2007, de 10/05</td>
</tr>
<tr>
<td>Técnico Superior/Especialista Informática</td>
<td>54</td>
<td>a)</td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Técnico/Coordenador Técnico/Tec. Informática/Vigilante Natureza</td>
<td>42</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Assistente Operacional</td>
<td>11</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total (*)</strong></td>
<td><strong>127</strong></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

**NOTAS:**

a) 7 técnicos superiores encontram-se em mobilidade interna inter-carreiras, desde 1.12.2015

Para além dos recursos humanos referidos no mapa acima terão ainda que ser considerados os efectivos do Secretariado Técnico do PO Regional do Alentejo – Alentejo 2020, constantes da Resolução do Conselho de Ministros nº nº 73-B/2014, publicada no Diário da República nº 242, 1ª série, de 16 dezembro – Secretariado Técnico do PO Regional do Alentejo com 55 elementos + Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Alentejo com 6 elementos.
## Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Alentejo

### MAPA DE PESSOAL 2017

<table>
<thead>
<tr>
<th>Diploma Legal</th>
<th>Estrutura de Missão</th>
<th>Competências</th>
<th>Estrutura Técnica</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>Coordenador</td>
<td>Técnico Superior</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>Total</td>
<td></td>
<td>1</td>
<td>5</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Digitally signed by:** Joaquim Roberto Pereira Grilo  
**DN:** c=PT, o=Presidência do Conselho de Ministros, ou=Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, cn=Joaquim Roberto Pereira Grilo  
**Date:** 2016.08.19 17:15:25 +01'00'
ANEXO 3 – PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS